



Plano de Gestão Territorial e Ambiental

Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa

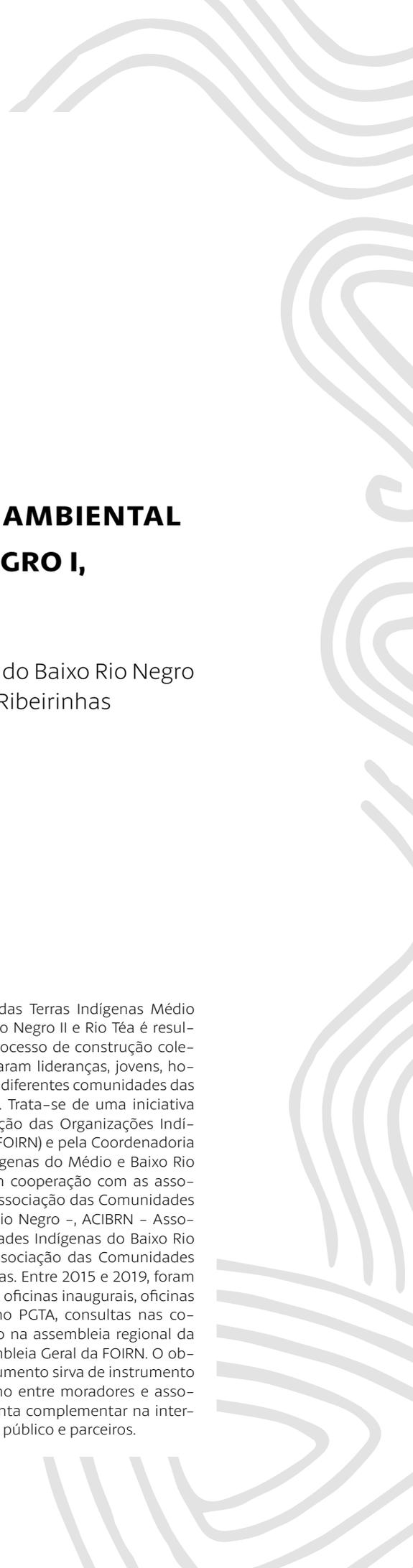
ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro

ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas

AHKÓIWI – Associação Indígena Água e Terra

2021





PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL TERRAS INDÍGENAS MÉDIO RIO NEGRO I, MÉDIO RIO NEGRO II E RIO TÉA

ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro

ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas

AHKÓIWI – Associação Indígena Água e Terra

INICIATIVA

O Plano de Gestão das Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa é resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres das diferentes comunidades das três Terras Indígenas. Trata-se de uma iniciativa liderada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e pela Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), em cooperação com as associações AHKÓIWI – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro –, ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro – e ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas. Entre 2015 e 2019, foram realizados encontros, oficinas inaugurais, oficinas do Grupo de Trabalho PGTA, consultas nas comunidades, validação na assembleia regional da CAIMBRN e na Assembleia Geral da FOIRN. O objetivo é que este documento sirva de instrumento para o diálogo interno entre moradores e associações e de ferramenta complementar na interlocução com o poder público e parceiros.

Realização Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN)



Diretoria Executiva da FOIRN 2017-2020

Marivelton Rodrigues Barroso – Baré – Diretor Presidente
Nildo José Miguel Fontes – Tukano – Diretor Vice-presidente
Isaias Pereira Fontes (*in memoriam*) – Baniwa – Diretor
Almerinda Ramos de Lima – Tariano – Diretora
Adão Francisco Henrique – Baré – Diretor

Endereço

Av. Álvaro Maia 79 – Centro – São Gabriel da Cachoeira-AM,
CEP: 69750-000 – Caixa Postal 42
foirn@foirn.org.br

Diretoria da CAIMBRN (recomposta em 2018):

Coordenador: Vamberto Plácido Rodrigues
Vice-presidente: Andronico Benjamim da Silva
Secretário: Carlos Alberto Teixeira Neri
Tesoureira: Maria de Nazaré dos Santos Soares.

ASSOCIAÇÕES CO-REALIZADORAS

ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro

Diretoria de 2014 a 2017

Presidente: Roberto Pereira Lopes
Vice-presidente: Andrônico Benjamim
Secretários: 1º Claudedir Horácio, 2º Gelson Benjamim
Tesoureiros: 1º Geraldo, 2º Emílio Viera

Diretoria de 2018 a 2021

Presidente: Roberto Pereira Lopes
Vice-presidente: Ernesto Rodrigues
Secretário: Evaldo Bruno Martins
Tesoureiro: Marivaldo Bruno do Nascimento

ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas

Diretoria de 2014 a 2017

Presidente: Cleocimara Reis Gomes
Vice-presidente: Alessandro dos Santos Cruz
Secretários: 1º Luciano Melgueiro Xavier, 2º Mirlene Melgueiro Xavier
Tesoureiros: 1º Marcos Baltazar Celestino, 2º Edenír Silva Brazão

Diretoria de 2018 a 2021

Presidente: Marcos Baltazar Celestino
Vice-presidente: Jaciel Manoel Rodrigues
Secretário: Rosemiro Torres Olar
Tesoureiro: Alessandro dos Santos Cruz

**AHKÓIWI – Associação Indígena Água e Terra
Diretoria até 2016**

Presidente: Libório Sodré Diniz
Secretário: Everaldo Bruno Garcia
Tesoureira: Eucimar dos Santos

Diretoria em 2017

Presidente: Adão Sampaio Galvão
Vice-presidente: Abrahão de Oliveira França
Secretários: 1º Everaldo Bruno Garcia, 2º José Lopes
Tesoureiros: 1º Hélio Bruno Garcia, 2º Mateus Souza Sanches

Diretoria de 2018 a 2021

Presidente: Abrahão de Oliveira França
Vice-presidente: Adão Sampaio Galvão
Secretários: 1º Everaldo Bruno Garcia, 2º José Lopes
Tesoureiros: 1º Hélio Bruno Garcia, 2º Mateus Souza Sanches

Apoio na organização e edição do documento

Redação Thaissa Sobreiro e Camila Barra

Revisão de texto e conteúdo Carla Dias e Marivelton Rodrigues Barroso

Revisão técnica de texto e pesquisa de imagens Carla Dias e Renato Martelli Soares

Elaboração de mapas Renata A. Alves

Projeto gráfico Rafael Miranda

Pesquisadores no Levantamento Socioambiental na região da CAIMBRN

Alcimar Sander Rezende
Cleocimara Reis Gomes
Eucimar dos Santos
Everaldo Bruno Garcia
João Florentino da Silva
Lucas Rodrigues da Silva
Madalena Horácio
Mauro Pedrosa
Vamberto Plácido Rodrigues
Renato Martelli Soares
Wilde Itaborahy Ferreira

Análise de dados do levantamento socioambiental Thaissa Sobreiro

Colaboradores Todas as lideranças e moradores das comunidades da área de abrangência das Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Têa que participaram das oficinas e fóruns de consulta do PGTA.

Apoio Instituto Socioambiental (ISA) e Funai



Apoiadores Financiadores



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



ALIANÇA PELO CLIMA



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

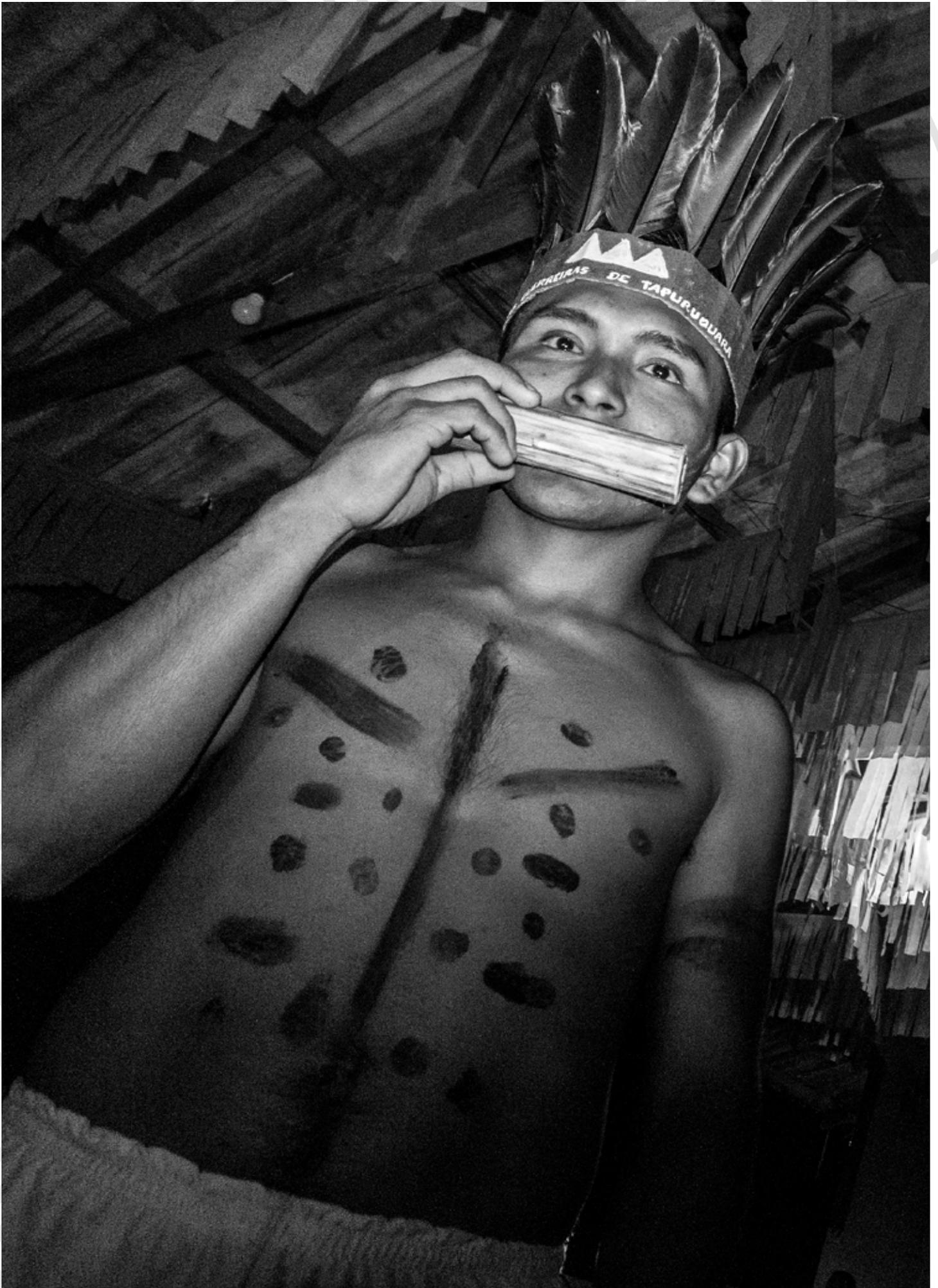


União Europeia



Sumário

| | |
|--|-----------|
| Apresentação | 7 |
| Histórico da Região | 9 |
| As Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa | 13 |
| Governança Atual | 19 |
| Como foi feito este PGTA? | 25 |
| Prioridades para a Gestão Territorial | 28 |
| 1. Saúde | 28 |
| 2. Educação | 31 |
| 3. Cultura e Religião | 33 |
| 4. Geração de renda | 34 |
| 5. Infraestrutura | 38 |
| 6. Governança, Proteção e Manejo | 40 |
| | |
| Caderno de Resultados do Levantamento Socioambiental Sobre o levantamento socioambiental | 44 |
| 1. Características gerais da região | 45 |
| Etnias | 46 |
| 2. Resultados das entrevistas realizadas com as comunidades, por área de abrangência das associações | 48 |
| Migração | 48 |
| Rituais e festas | 51 |
| Religião | 51 |
| Educação | 51 |
| Infraestrutura | 54 |
| Saúde | 59 |
| Benefícios sociais | 61 |
| Associativismo | 61 |
| 3. Resultados das entrevistas domiciliares (com as famílias), por área de abrangência das associações | 62 |
| Pescarias | 62 |
| Caçarias de subsistência | 69 |
| Agricultura | 70 |
| Extratativismo | 71 |
| Compras na cidade | 72 |
| Alimentação | 73 |
| Viagens e casa na cidade | 73 |
| Bolsa Família | 74 |



Apresentação de Mawaku na comunidade Aruti. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.



Apresentação

As Terras Indígenas (TIs) Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa compõem um mosaico socioambiental na região do Médio Rio Negro, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro. Sua população é multiétnica, dos troncos linguísticos Arawak, Tukano Oriental e Naduhupy. A população das três Terras é majoritariamente das etnias Baré, Baniwa e Tukano. São aproximadamente 4.440 pessoas residentes nas 48 comunidades, 28 sítios e outros assentamentos menores desse território¹.

Nessa região, a territorialidade étnica, ou seja, o entendimento das áreas enquanto pertencentes a determinados grupos e suas regras tradicionais de uso, foi amplamente movimentada durante a colonização e pelos diversos ciclos econômicos de exploração dos produtos da floresta e com o garimpo.

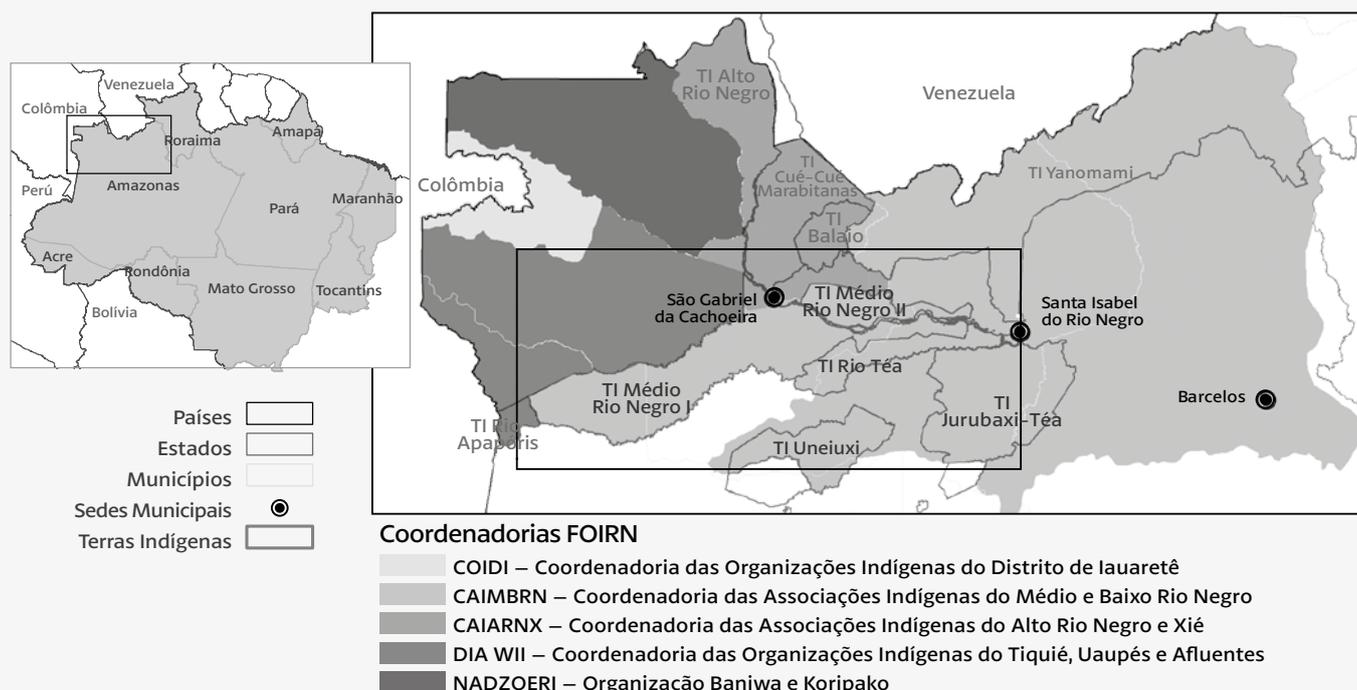
Por sua vez, o processo de organização das comunidades em um movimento social indígena e a criação de suas associações representativas ajudou a legitimar demandas comuns dentro desse universo multiétnico. A territorialidade se reconfigurou politicamente em áreas abrangidas por associações representativas que se sobrepõe aos limites das três Terras Indígenas deste plano, enquanto territórios reconhecidos pelo Estado. São estas: **AHKÓ IWI - Associação Indígena Água e Terra; ACIBRN - Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro e ACIR - Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas**. Elas fazem parte da área de abrangência da **Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro –FOIRN** (Quadro Informativo 1) e passaram a ter um papel fundamental na articulação do debate sobre o manejo dos recursos e de acordos de convivência. Após diversas discussões entre os representantes das populações dessa região (Quadro Informativo 3), foi tomada a decisão de que este PGTA deveria **reconhecer a área da abrangência dessas associações como recortes territoriais mais adequados para a gestão**, e também que este documento deveria agregar as demandas das três Terras Indígenas juntas, pensadas como um mosaico de gestão territorial compartilhada.

¹ Os dados apresentados neste PGTA, em sua maioria, foram coletados de maneira participativa, em entrevistas realizadas em 2016 no âmbito do levantamento socioambiental FOIRN e ISA 2017/18. Ao longo do documento, quando dados forem originários de outra fonte, esta será citada.

Quadro Informativo 1. Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

A FOIRN é uma associação civil sem fins lucrativos, sem vinculação partidária ou religiosa, fundada em 30 de abril de 1987 para defender os direitos dos povos indígenas que habitam a região do Rio Negro, em especial a luta pela demarcação das Terras Indígenas. A Federação representa mais de 1.000 comunidades e sítios que estão organizadas em cerca de 90 associações indígenas de base, abrangendo um território de mais de 108 milhões de km². A Federação está estruturada em cinco coordenadorias regionais: Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN), Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX), Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes (DIA WII), Organização Baniwa e Koripako (NADZOERI) e Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI), responsáveis por apoiar as associações e iniciativas locais e eleger o representante de cada região para compor o Conselho Diretor, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da FOIRN. **O Médio Rio Negro faz parte da coordenadoria CAIMBRN.** Algumas comunidades mais à montante do Rio Negro na TI Médio Rio Negro I, estão ligadas à CAIARNX (Bauari, Cabari, Ilha da Flores, São Gregório I e II, São Luiz, São Miguel, Sarapó, Terra Preta e Yawawíra). Suas demandas e definições para gestão territorial estão apresentadas no PGTA dessa Coordenadoria.

A FOIRN fez parte do CNPI (Conselho Nacional de Política Indigenista) e dos grupos de trabalho que discutiram a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), publicada em 2012. O Rio Negro foi uma das primeiras regiões a assinar um Acordo de Cooperação Técnica (FOIRN, Funai e ISA) e instalar o Comitê Regional da Funai para discutir o planejamento orçamentário e a implementação das políticas indigenistas. Dentre as ações prioritárias deste comitê foram realizados os processos de planejamento territorial e elaboração dos PGTAs pelas coordenadorias regionais.





Histórico da Região

Majoritariamente Baré, a região do Médio Rio Negro viveu um histórico de colonização e exploração intenso. Esse processo implicou na configuração de um território multiétnico, com grandes deslocamentos de outras etnias do Alto Rio Negro e dos povos da família linguística Naduhupy (principalmente das etnias Dâw e Nadëb) que tradicionalmente habitam os interflúvios entre o rio Negro e o rio Japurá, transitando entre os rios afluentes da margem direita: Jurubaxi, Uneiuxi, Téa, Marié e Curicuriari.

Os portugueses chegaram ao Rio Negro na primeira metade do século XVII. Os registros históricos sugerem que a região era habitada por mais de 50 povos distintos. No começo da segunda metade do século XVII, os portugueses promoveram o *descimento* de muitos



Comunidade Itapereira, ACIBRN. Camila Barra/ISA, 2013.



Serra do Ba'sebó, também conhecida como Bela Adormecida, na região do rio Curicuriari, Terra Indígena Médio Rio Negro I. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

indígenas para trabalhar. No Rio Negro deu-se a instalação de fazendas onde indígenas eram escravizados. As fazendas e o modo exploratório de produção tinham como objetivo suprir as necessidades de alimentação e a busca de enriquecimento dos colonizadores por meio da comercialização e exportação de produtos. Por volta de 1750 foram criados os chamados *Diretórios dos Índios* sob coordenação dos missionários, buscando incentivar a integração dos povos por meio da obrigação do uso da língua portuguesa no lugar do nheengatu (ou língua geral) e do casamento intercultural. A estratégia colonial, além de escravizar os indígenas, era promover a formação de pequenos assentamentos que legitimassem o domínio de Portugal sobre as terras. Em 1850 foi instituída a província do Amazonas e a figura

do Diretor de Índios foi utilizada em benefício próprio, com a exploração da mão de obra indígena para o crescente extrativismo de produtos florestais. Essa dinâmica impulsionou novamente o descimento de contingente indígena para trabalhar nas povoações do médio e baixo Rio Negro e nas obras da capital Manaus.

Esse modelo de exploração encontrou seu auge com a monetarização das relações entre os *patrões* (muitos deles antigos diretores) e indígenas, os quais já se encontravam em condição de escravidão por dívidas: o trabalho não era suficiente para pagar os produtos industrializados, obrigando os indígenas a trabalhar para pagar o que deviam, logo, gerando o aprisionamento do trabalhador indefinidamente. No início do século XX, a presença do Estado se limitava a apoiar a implementação de missões

religiosas e seus internatos, dentro da filosofia de incorporar a população indígena ao contingente nacional por meio da imposição da religião católica. Em 1960 o comércio da borracha já estava em declínio e, com isso, muitos patrões abandonaram os seringais e deixaram as vilas, mudando-se para outras localidades ou mesmo para a capital. Os que permaneceram na região assumiram outras atividades, como a agricultura, criação de gado e até mesmo a inserção no então recente comércio de exportação dos peixes ornamentais.

A migração e estabelecimento de moradia de famílias do Alto Rio Negro na região do Médio Rio Negro se deu majoritariamente de maneira forçada e violenta. A organização social então marcada pelas estradas de seringa e entrepostos comerciais nas margens do rio Negro, foi aos poucos se reconfi-

gurando e as famílias indígenas constituíram as chamadas comunidades, em geral a partir de grupos de parentesco. Muitas das famílias oriundas do Alto Rio Negro durante os descimentos constituíram casamentos interétnicos, principalmente entre as etnias do tronco linguístico Tukano Oriental e o povo Baré. Na ocupação mais recente (meados de 1980), houve um significativo crescimento da presença de famílias Baniwa, provenientes do rio Içana, cuja interação foi mais restrita.

A exploração dos indígenas no sistema de aviamento para extração de fibras de piaçava e cipó foi intensa na região até a década de 1990², momento em que aumentou o garimpo ilegal, atraindo a força de trabalho para esta atividade. Estes processos foram

² E que perdura até hoje nos afluentes da margem esquerda do rio Negro, em Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

Barco transportando piaçava, em afluente do rio Negro, na região do Médio Rio Negro, Amazonas. Eduardo Venticinque, 2007.





Oficinas de mapeamento de áreas de uso e pesca tradicional, comunidade Vila Nova(Acibrn, rio Marié). Camila Barra/ISA, 2013.

responsáveis pela interrupção de práticas fundamentais para a sustentabilidade. Interferiram diretamente nas relações sociais, na ocupação do território e na prática e transmissão dos conhecimentos indígenas — com a proibição das línguas indígenas e dos ensinamentos das técnicas de uso e manejo dos ambientes, da confecção de utensílios, e dos calendários ecológicos e rituais.

Mais recentemente, a partir do ano 2000, com apoio e articulação da FOIRN, as associações de base intensificaram sua atuação nas comunidades e também na relação com os gestores e políticas públicas, buscando a implementação do direito a serviços de saúde e educação diferenciados, bem como a adequação de políticas de fomento à agricultura e atividades produtivas e de geração de renda.

Após a demarcação das Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro em 1998, houve

um período de projetos e políticas públicas com algum investimento de recursos financeiros e de atividades na região, especialmente a partir da execução do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), da Funai. Em parceria com a FOIRN este programa reduziu significativamente as invasões de garimpeiros, inibiu a ação abusiva de regatões e teve papel fundamental na estruturação das associações locais.

Nas últimas duas décadas, um grande número de famílias tem se deslocado para as cidades em busca de educação formal, trabalho remunerado e serviços básicos de saúde, engajando-se em múltiplas relações de produção visando renda e subsistência. O poder público municipal é o principal empregador da maior parte dos trabalhadores formais nesses municípios, seguido do Exército Brasileiro.



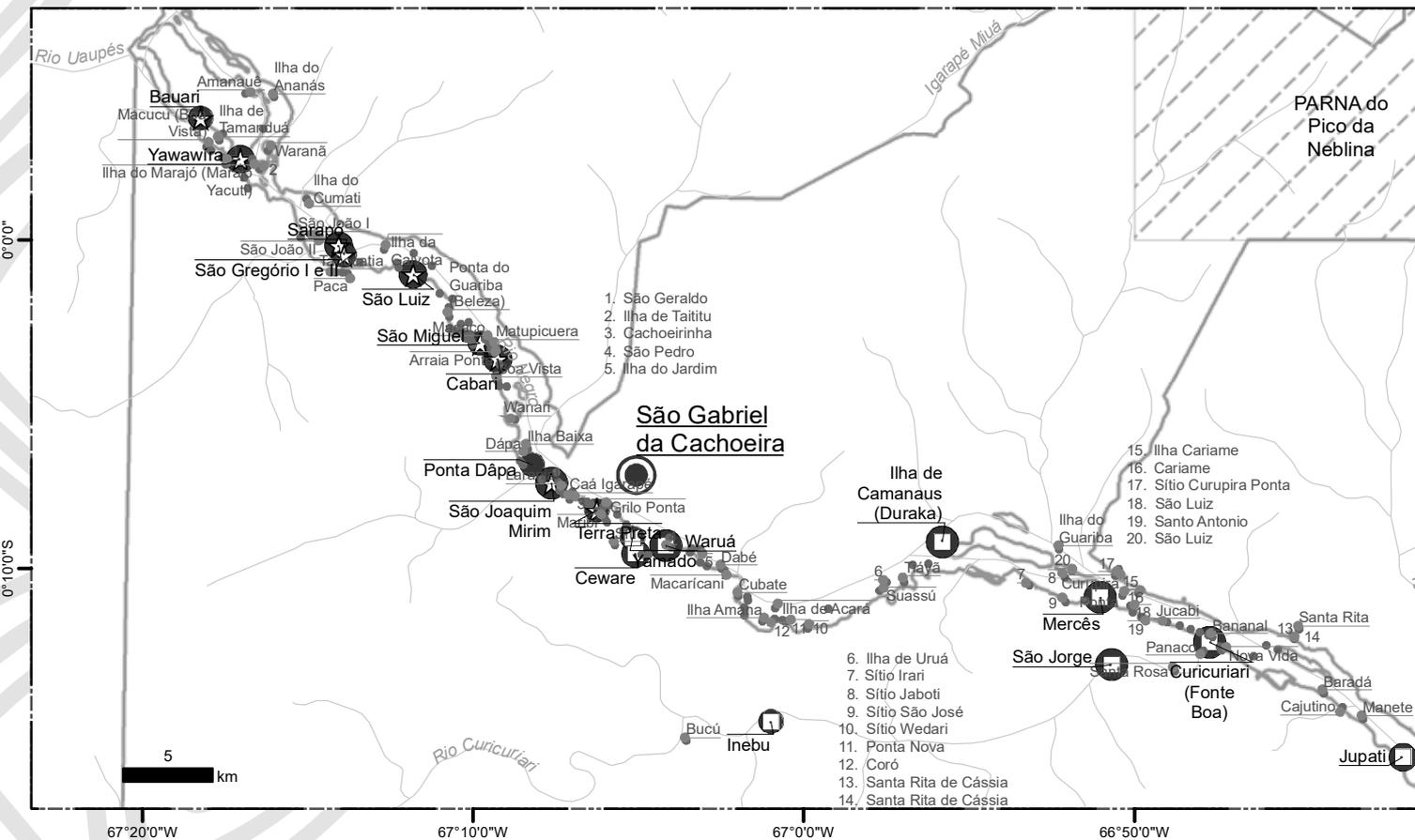
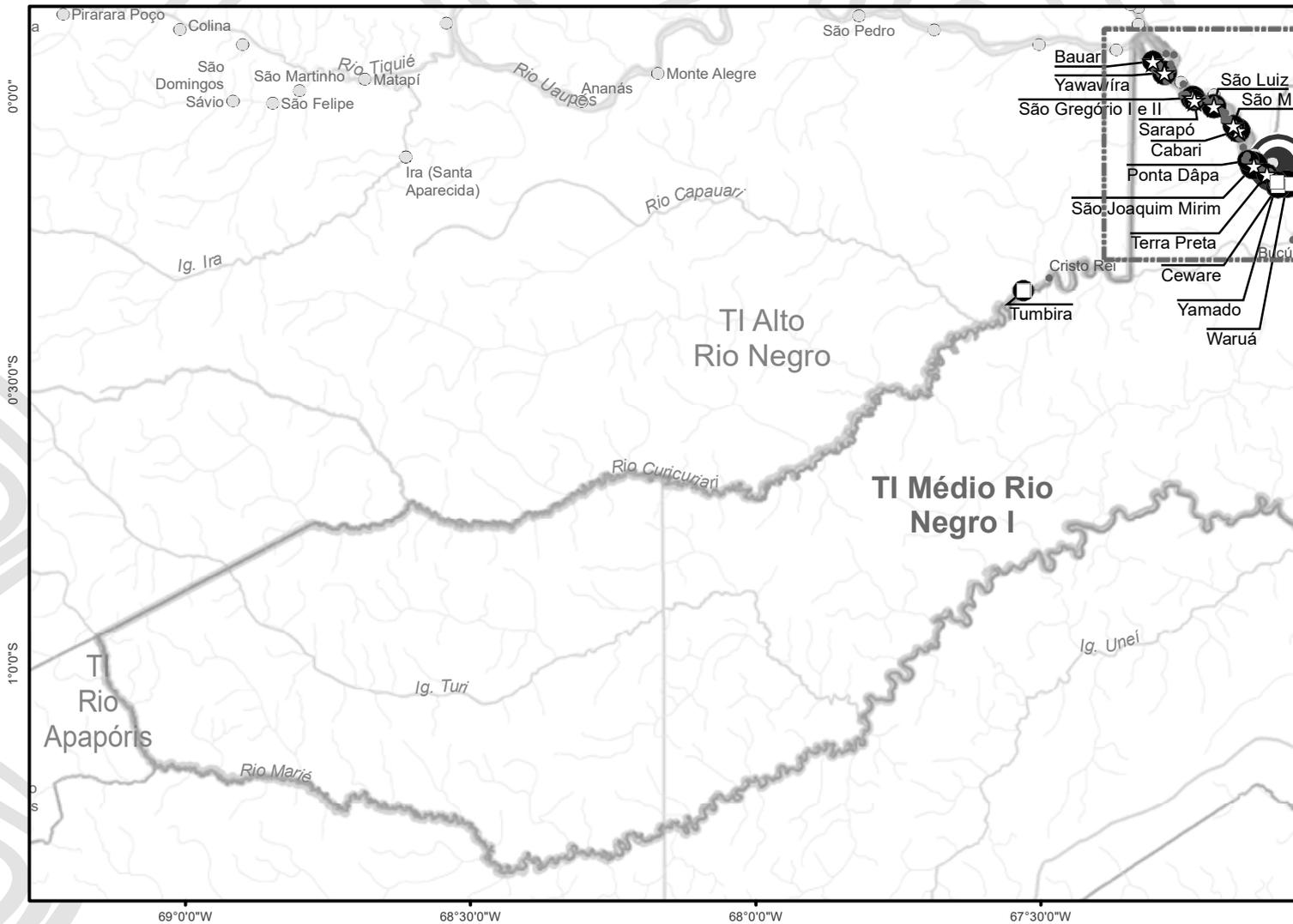
As Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa

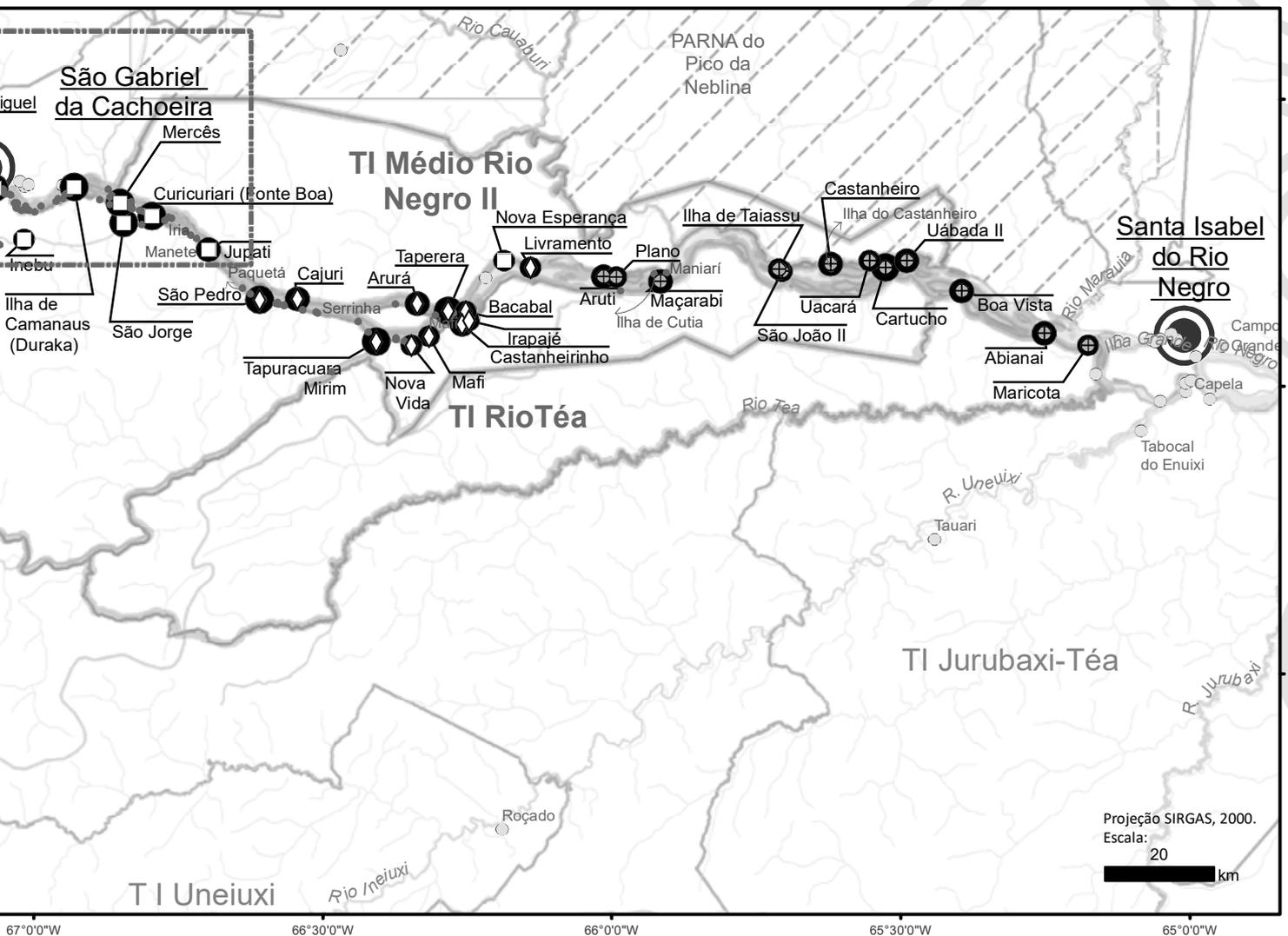
As Terras Indígenas (TIs) Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa foram demarcadas a partir de um mesmo grupo técnico de trabalho para os estudos de identificação e delimitação das áreas indígenas nessa região (Portaria N° 1.247 de 16 de Dezembro de 1993), atendendo às demandas das comunidades e à obrigação constitucional do Estado Brasileiro de reconhecer e demarcar as Terras Indígenas. A Terra Indígena (TI) Médio Rio Negro I foi declarada pelo Ministério da Justiça de posse permanente dos povos Baré, Tukano, Baniwa, Nadëb, Piratapuia, Arapaso, Tariana, Tikuna, Koripako e Desana, pela Portaria N° 1.558 de 13 de dezembro de 1995 e a demarcação foi homologada em 14 de abril de 1998. A TI Médio Rio Negro II foi declarada pelo Ministério da Justiça de posse permanente dos povos Baré, Tukano, Baniwa, Nadëb, Piratapuia, Arapaso, Tariana, Tikuna, Koripako e Desana, pela Portaria N° 1.559 de 13 de dezembro de 1995 e a demarcação foi homologada em 14 de abril de 1998. A TI Rio Téa foi declarada pelo Ministério da Justiça de posse permanente dos povos Baré, Tukano, Nadëb, Piratapuia e Desana, pela Portaria N° 106 de 13 de fevereiro de 1996 e a demarcação foi homologada em 14 de abril de 1998.

Área de cada TI: Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa

Segundo o laudo antropológico que fundamentou a demarcação haveria uma única TI Médio Rio Negro. Contudo, as portarias declaratórias do Ministério da Justiça determinaram a divisão do território em duas TIs, com limites na margem do rio Negro, mas garantindo que as ilhas e recursos naturais permanecessem de usufruto exclusivo dos indígenas. Desta forma estaria garantida a liberdade de trânsito no curso principal do rio Negro. Por isso, a TI Médio Rio Negro I tem seus limites na margem direita do Rio Negro e a TI Médio Rio Negro II na margem esquerda. Este processo de delimitação das Terras Indígenas demonstra

Terras Indígenas Médio Rio Negro I e II e Rio Téa





Entorno de São Gabriel da Cachoeira, destaques para os sítios e comunidades das TIs Médio Rio Negro I e II.

LEGENDA

Áreas Protegidas

- Terras Indígenas
- Terras Indígenas em destaque
- Unidade de Conservação
Parque Nacional do Pico da Neblina

Limites e sedes

- Municípios
- Sede Municipal

Comunidades e população na área

- 0 – 40
- 41 – 98
- 99 – 235
- 236 – 382
- outras comunidades
- sítios

Associações

- ACIBRN
- ACIPK
- ACIR
- AKHOIWI

Terra Indígena

Área Total (hectares)

| | |
|-----------------------|---------|
| TI Rio Téa | 415.433 |
| TI Médio Rio Negro I | 315.819 |
| TI Médio Rio Negro II | 317.610 |

fontes: Base Cartográfica IBGE, Áreas Protegidas ISA, julho, 2020, Coordenadorias e Comunidades FOIRN/ISA, julho de 2020.
Mapa elaborado pelo ISA em Julho de 2020.

como o recorte e desenho da mesma não corresponde necessariamente à organização social e ecológica das comunidades indígenas e tampouco favorece a implementação de políticas públicas. Importante destacar que parte dessas comunidades pertence ao município de Santa Isabel do Rio Negro e outra parte ao município de São Gabriel da Cachoeira.

Segundo o levantamento socioambiental (FOIRN e ISA, 2017), as três Terras Indígenas (TIs) têm uma população total de 4.439 pessoas, 856 famílias residentes em 48 comunidades e 28 sítios (Tabela 1).

As áreas de abrangência das associações representativas é o recorte escolhido pelos moradores para a gestão territorial (Tabela 2). As associações se estabeleceram enquanto uma das formas de organização das diferentes posições e relações hierárquicas. Os grupos étnicos e as relações rionegrinas estão presentes e em diálogo com a vida social e

política contemporânea das comunidades. A escolha de representantes políticos feita nas comunidades se dá com o aval dos líderes e chefes tradicionais, considerando os aspectos e perfil necessários para o diálogo com a política do movimento indígena e com os gestores públicos. As associações são referendadas pelo grupo e têm demonstrado um papel fundamental na discussão e mediação de políticas públicas e projetos, enfrentando os modelos padronizados e flexionando o entendimento do governo e outras instâncias em relação ao olhar frente às comunidades indígenas.

Além do território tradicionalmente reconhecido de cada comunidade, há relações de parentesco e afinidade que conformam redes intercomunitárias que ultrapassam os limites das associações ou mesmo da Terra Indígena demarcada. Essas redes implicam em mudança das famílias, visitas aos parentes e

Tabela 1. Área, população, povoados e família por Terra Indígena

| Terra Indígena | Área total (hectare) | População | Comunidades | Sítios | Famílias |
|-----------------------|-----------------------------|------------------|--------------------|---------------|-----------------|
| TI Médio Rio Negro I | 315.819,00 | 3.646 | 36 | 27 | 689 |
| TI Médio Rio Negro II | 317.610,47 | 479 | 8 | 1 | 99 |
| TI Rio Téa | 415.433,93 | 314 | 4 | 0 | 68 |
| Total | | 4.439 | 48 | 28 | 856 |

estimulam, inclusive, o uso diversificado dos recursos naturais. Dar e retribuir são constitutivos das redes de relações sociais conformando um sistema de troca que estabelece posições, direitos e deveres.

Sítios e comunidades possuem a mesma dinâmica e configuram moradas permanentes na maioria dos casos. No entanto, a comunidade é uma localidade em que, devido ao número de famílias – e, principalmente, de crianças em idade escolar – passou a ser reconhecida pelas prefeituras municipais, com direito a acessar políticas públicas e ter, em tese, apoio para infraestrutura de escola, centro social e em alguns casos, posto de saúde, por exemplo.

As três terras fazem parte da região denominada Médio Rio Negro, que se estende entre os municípios de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira. Grande parte dessa área está

na abrangência da **Coordenadoria das Organizações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro – CAIMBRN**, umas das cinco sub-regiões políticas da FOIRN (ver Quadros Informativos 1 e 2).

O Médio Rio Negro caracteriza-se por uma enorme variedade de ecossistemas terrestres e aquáticos como florestas de terra firme, igapós (floresta alagável), ilhas, praias, igarapés e rios. Diferentemente da porção alta da bacia e suas cabeceiras, destaca-se pela grande quantidade de lagos e afluentes de água branca, mais piscosos, berçários de peixes e áreas de reprodução únicas conhecidas como “*damisars*”. Apresenta uma maior disponibilidade de peixes em relação ao resto da bacia e por isso sofre maior pressão de pesca. As áreas de uso localizadas nas margens do próprio rio Negro, onde se concentraram a maior parte das comunidades, são de fácil acesso e, portanto, sofrem grande

Tabela 2: Área, população, povoados, coordenadoria por associação

| Associação | Coord. FOIRN | Área total (hectare) | População | Comunidades | Sítios | Famílias |
|---------------------------|---------------------|-----------------------------|------------------|--------------------|---------------|-----------------|
| ACIBRN | CAIMBRN | 1.645.050,03 | 1.243 | 14 | 0 | 212 |
| ACIR | CAIMBRN | 640.352,80 | 921 | 12 | 0 | 196 |
| AHKÓIWI | CAIMBRN | 325.548,06 | 1.498 | 12 | 19 | 288 |
| ACIPK* | CAIARNX | 2.333.030,00 | 741 | 10 | 4 | 153 |
| Não declararam associação | | | 195 | 1 | 9 | 45 |
| Total | - | | 4.439 | 48 | 28 | 856 |

* Associação das Comunidades Indígenas Putira Kapuamu, dados referentes às comunidades e sítios representados pela associação na TI MRN I.

pressão por acesso aos recursos naturais (pesca, caça, madeira e minérios). Esses conflitos têm sido pontos de destaque nas discussões sobre a região do Médio Rio Negro há quase vinte anos.

A população das três Terras Indígenas é majoritariamente das etnias³ Baré (25,8%), Baniwa (18,9%) e Tukano (18,7%), seguidas por Desana (8,9%), Tariana (5,7%), Piratapuia (5,2%), Koripako (3,3%), Dâw (2,5%), Arapaso (1,8%), Kubeo (1,6%), Nadëb (1,5%), Tuyuca (1,3%), Kuiawi⁴ (0,8%), Siriano (0,6%), Hupd'äh (0,5%), Kotiria (0,5%), Karapanã (0,4%). Outras etnias (Werekena, Yeba-mahsã, Mirititapuya, Yanomami) juntas somam menos de 0,5%. Não declararam etnia 0,46% e 0,1% se declararam caboclos. A figura 1 apresenta a proporção autodeclarada das porcentagens das etnias por Terra Indígena.

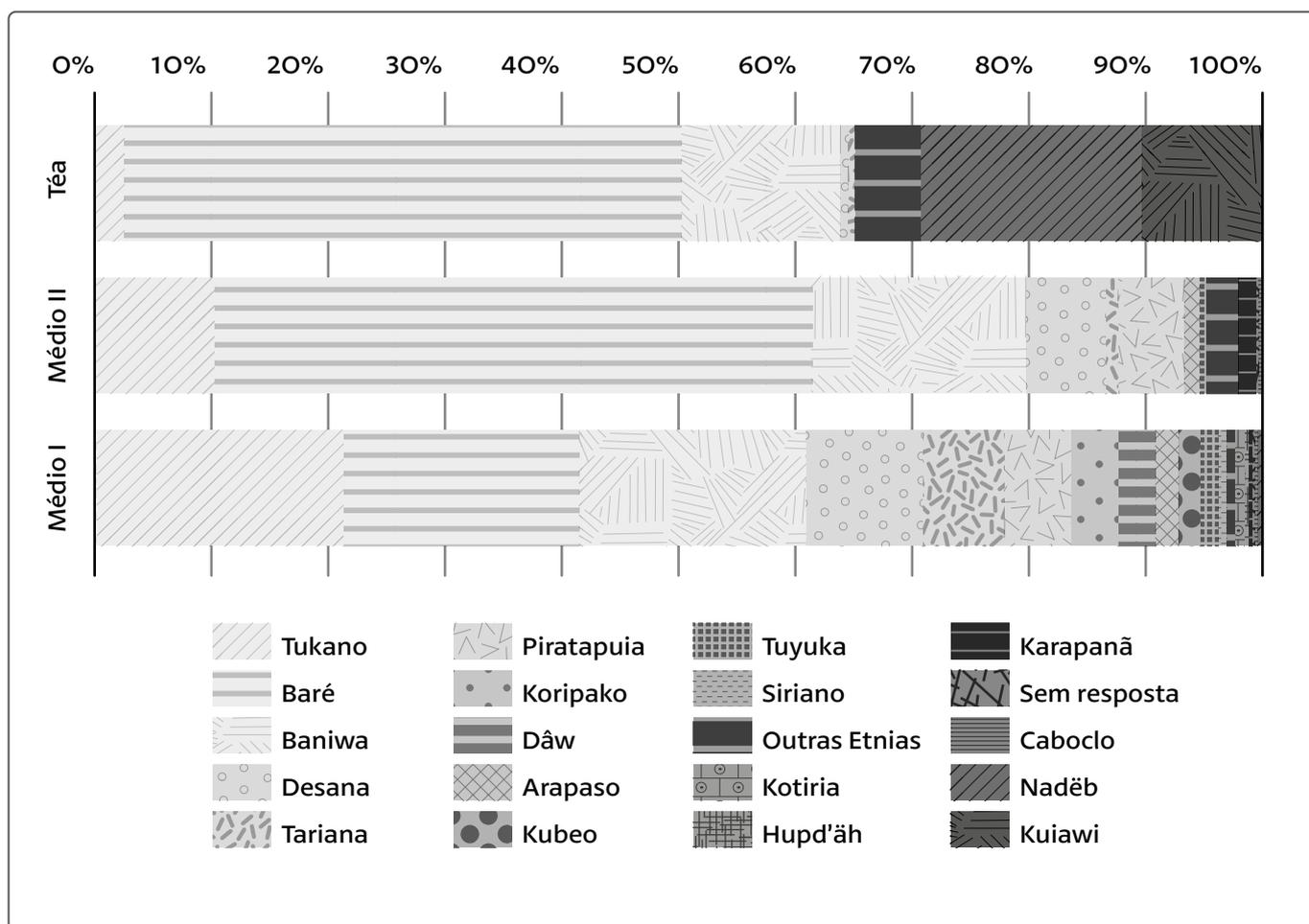


Figura 1. Proporção de etnias declaradas por Terra Indígena

³ Etnias autodeclaradas.

⁴ Grupo do tronco linguístico Naduhupy, possivelmente de origem Nadëb.



Governança Atual

Dentro da FOIRN, as comunidades indígenas do Médio Rio Negro são representadas politicamente pela CAIMBRN (Quadro Informativo 2), a qual envolve seis Terras Indígenas reconhecidas oficialmente – Yanomami, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Rio Téa, Jurubaxi-Téa e Uneiuxi – e uma área em estudo de identificação para reconhecimento, nos afluentes do rio Negro em Barcelos.

Este PGTA contempla as discussões e decisões para a gestão territorial das **Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa**, de acordo com as prioridades e territorialidades de suas associações indígenas (que fazem parte da CAIMBRN): **AHKÓ IWI** (Associação Indígena Água e Terra), **ACIBRN** (Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro) e **ACIR** (Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas).

Comunidades participantes por associação:

- **AHKÓ IWI** – Yamado, Waruá, Tapajós, Duraka, Tancredo Neves, Mercês, Curicuriari, São Jorge, Inebu, Tumbira, Jupaty;
- **ACIBRN** – São Pedro, Cajuri, Tapuruquara Mirim, Boa Esperança, Nova Vida, Mafi, Arurá, Itapereira, Castanheirinho, Yrapajé, Bacabal, Vila Nova, Livramento II, Livramento I;
- **ACIR** – Aruti, Massarabi, Plano, São João II, Castanheiro, Wacará, Uabada II, Cartucho, Boa Vista, Abianai, Maricota, Aerial II;
- **ACIMRN** – Chile, Jutaí, Ilhinha, Piracema.

Importante destacar que dentro dos limites das Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, no entorno da sede municipal de São Gabriel da Cachoeira, há algumas comunidades e sítios que pertencem a outras coordenadorias regionais da FOIRN (CAIARNX e DIA WII) e, portanto, participaram das oficinas, levantamentos e assembleias no âmbito dessas regiões, na qual compartilham áreas de uso e governança acerca da gestão territorial. Assim, as informações do Levantamento Socioambiental e as propostas dessas comunidades estão contempladas nos PGTAs da CAIARNX e da DIA WII.

Na oficina inaugural para elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas do Médio Rio Negro, realizada em outubro de 2015 em Santa Isabel do Rio Negro, participaram 200 lideranças representativas das



Cacuri, em época de seca do Rio Negro, próximo à comunidade de Tapajós no entorno de São Gabriel da Cachoeira. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.



Praia do balneário Akidaban, acima do porto de Camanaus, no entorno de São Gabriel da Cachoeira. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.



Porto na comunidade Aruti. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.

comunidades e associações da CAIMBRN⁵. Nesta instância foi decidido que os problemas e potenciais para a gestão territorial deveriam ser discutidos articulando as propostas entre as terras indígenas que compartilham áreas e relações comuns. Assim, os planos deveriam ser elaborados a partir da governança e territorialidade das associações de base, as quais são representativas da sociopolítica de suas comunidades, relações e acordos entre elas, garantindo que as questões e propostas pudessem ser discutidas de forma adequada à realidade de cada território.

As comunidades decidiram coletivamente que o melhor arranjo para sua gestão territorial corresponde à abrangência de suas associações representativas. Assim elas organizam as regras de usos e costumes nesta região atualmente.

A Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRN) foi fundada em 16 de outubro de 1988, na comunidade de Curicuriari com o objetivo de organizar as comunidades indígenas na luta pela demarcação das terras. Foi a primeira associação indígena formalmente reconhecida da região. Sua área de abrangência contemplava boa parte da região do Médio Rio Negro: desde a comunidade Ilha das Flores, na foz do rio Uaupés, até a comunidade de Cartucho.

⁵ <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povos-indigenas-do-rio-negro-avancam-na-construcao-dos-planos-de-gestao-de-seus-territorios>



Cadeia de montanhas Bela Adormecida vista de uma embarcação. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.



Comunidade São João II. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.

Em 1993, importantes lideranças Baré dessa região, como Braz de Oliveira França – então presidente da FOIRN – e Libório Diniz mobilizaram as comunidades e criaram a Comissão de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (CACIR), envolvendo as outras comunidades de Santa Isabel do Rio Negro, até o rio Téa, com o objetivo de garantir a representação e participação de todos no acompanhamento do pro-

cesso de demarcação. Em 2008, uma série de assembleias promoveram a reestruturação formal das associações existentes, com o objetivo de atualizar a representação das comunidades em associações que contemplassem as relações de parentesco e de uso compartilhado do território, de forma a viabilizar as discussões de manejo e de projetos voltados aos interesses desses grupos de comunidades. Nesse momento a CACIR teve



Confecção de canoa na comunidade Aruti, Terra Indígena Médio Rio Negro II, Santa Isabel, Amazonas.
Marcelo Monzillo / ISA, 2016.



Comunidade Aruti. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.

seu estatuto reformulado e passou a ser oficialmente reconhecida como **ACIR (Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas)**, com a abrangência e representação atual de 13 comunidades: Aruti, Plano, Mas-sarabi, São João II, Castanheiro, Uacará, Car-tucho, Uábada II, Boa Vista, Abianai, Marico-ta, Areal e Chile – esta última não incluída na

área demarcada. **A ACIBRN teve sua área de abrangência redefinida** e sua sede transfe-rida para a comunidade Tapuruquaramirim na foz do rio Marié. A partir de então, passou a representar formalmente apenas as comu-nidades indígenas de: São Pedro, Cajuri, Ta-puruquaramirim, Arurá, Itapereira, Boa Espe-rança, Mafi, Castanheirinho, Yrapajé, Bacabal,

Vila Nova, Livramento I, Livramento II, e seus respectivos sítios.

A Associação Indígena Água e Terra (AHKÓ IWI) foi criada em 2013 pelas comunidades localizadas no rio Curicuriari e no entorno de sua foz.

É importante destacar que o processo de organização e mobilização pela garantia de direitos e pela criação de associações formais se deu na medida em que as invasões e ameaças às comunidades indígenas se expandiram pelo território, obrigando as diferentes etnias e comunidades a se articularem para que as terras fossem demarcadas e seus direitos territoriais assegurados.

As associações **ACIR, ACIBRN e AHKÓ IWI** foram **criadas com o objetivo de lutar pela demarcação das terras e proteção de direitos**. Com a conquista do território dedicaram-se a discutir regras de convivência e de uso de recursos, e também projetos

de produção agrícola e de geração de renda. As associações estão organizando planos de manejo e iniciativas econômicas que buscam garantir a conservação dos recursos e melhorar a qualidade de vida na região. As áreas de uso compartilhadas, principalmente as de pesca, são de fundamental importância para os modos de vida e segurança alimentar das comunidades. AHKÓ IWI e ACIBRN discutem projetos para o manejo dos seus importantes rios afluentes – Curicuriari e Marié, respectivamente – enquanto a ACIR busca acordos internos e proteção para o manejo dos lagos e igarapés de sua área no rio Negro. Outra pauta importante para as associações é o turismo de base comunitária com iniciativas em curso pela ACIBRN, com a pesca esportiva no Marié, e pela ACIR, com ecoturismo das Serras Guerreiras e em elaboração pela AHKÓ IWI como o ecoturismo na serra conhecida como Bela Adormecida ou Ba'sebó.

Turistas na Expedição Serras de Tapuruquara descansando com vista da Serra do Jacuaru e o Rio Negro ao fundo. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.



Quadro Informativo 2. CAIMBRN

A CAIMBRN é a Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro. Ela congrega 14 associações indígenas de base filiadas à FOIRN no baixo e médio rio Negro em três municípios: Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira.

Atua em apoio às associações e suas comunidades na articulação e fortalecimento das lutas do movimento indígena e no desenvolvimento de mecanismos e iniciativas que promovam a autonomia política e financeira dos povos indígenas. Todas as ações são realizadas a partir de planejamentos regio-

nais com apoio dos departamentos e equipes das FOIRN e das parcerias estabelecidas.

A cada dois anos são realizadas assembleias regionais ordinárias com delegados indicados por cada uma das associações, para discussão dos temas de interesses de suas comunidades. A cada quatro anos são realizadas eleições para: i) compor a CAIMBRN com quatro lideranças dessa região, ii) escolher sete representantes para o Conselho Diretor da FOIRN e iii) indicar o Diretor Regional da CAIMBRN para compor a Diretoria Executiva da FOIRN e participar da eleição para a presidência da FOIRN.

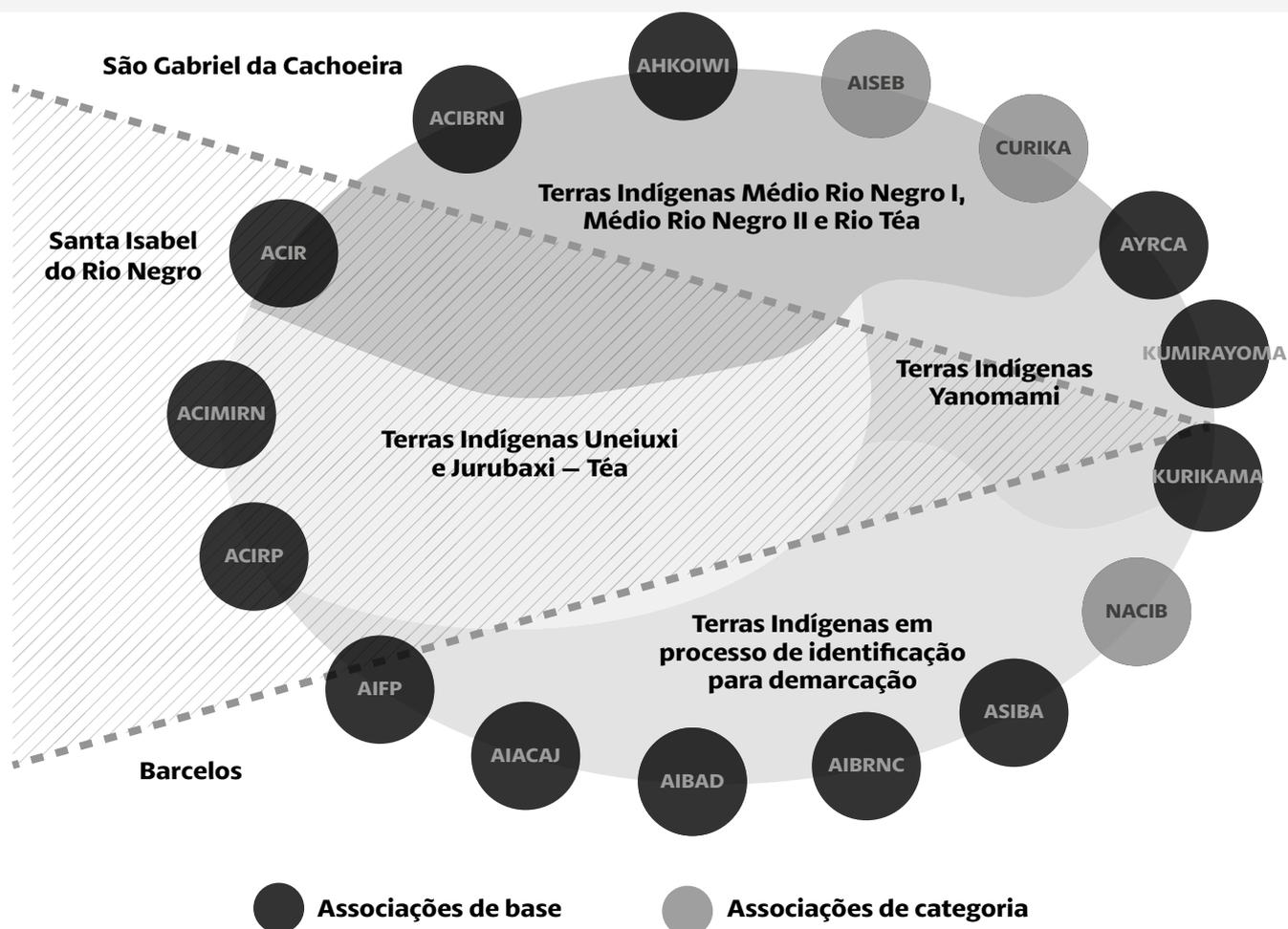


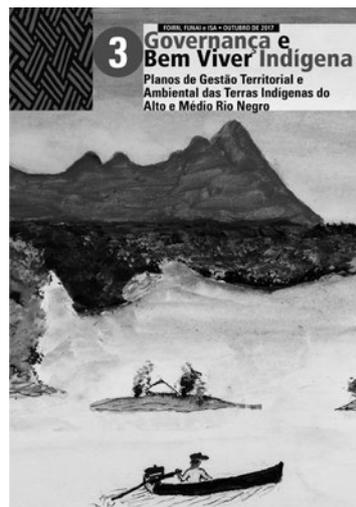
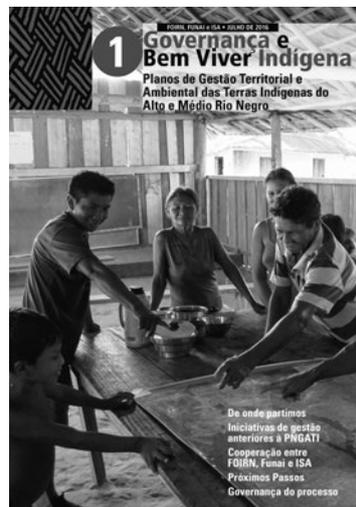
Figura 2. Abrangência municipal e política da CAIMBRN



Como foi feito este PGTA?

Este PGTA é parte de um extenso processo que envolveu levantamento de informações, cursos, reuniões interinstitucionais, oficinas e consultas nas comunidades, grupos de trabalho (GT) e outros momentos de socialização e debates sobre gestão territorial inicialmente em sete Terras Indígenas no Médio e Alto Rio Negro, a saber: Alto Rio Negro; Rio Apapóris; Balaio; Cué-Cué Marabitanas; Rio Téa; Médio Rio Negro I e II. E mais recentemente Jurubaxi-Téa e Uneiuxi.

As instituições que conduziram a elaboração foram a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a Coordenação Regional do Rio Negro da Funai, e o Programa Rio Negro, do Instituto Socioambiental (ISA) em uma parceria iniciada em 2014. Foi estabelecida uma Comissão de Governança para elaboração dos PGTAs que além das três instituições contou com participação do ICMBio. Além destas instituições, uma rede de pesquisadores e lideranças indígenas foi responsável pelo levantamento socioambiental, articulação com as comunidades, discussões no grupo de trabalho (GT) PGTA e validação nas assembleias (regionais e Geral) da FOIRN. Este processo está registrado em quatro boletins **"Governança e Bem Viver Indígena"** distribuídos para as comunidades indígenas e instituições de referência⁶.



- 6 Volume 1: <https://isa.to/2BYaLit>
Volume 2: <https://isa.to/2N4VyRm>
Volume 3: <https://isa.to/2C6A1DA>
Volume 4: <https://isa.to/2PLJDpP>

Quadro Informativo 3. Passo a passo da elaboração dos PGTAs no Rio Negro

1. Curso básico de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas no Rio Negro (2014)

O curso teve como objetivo explicar e socializar a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas (PNGATI). Foi elaborado e organizado pela FOIRN, com a colaboração de ISA, Funai, ICMBio, IFAM e IEB. Foram quatro módulos presenciais em São Gabriel da Cachoeira, sede municipal, e três etapas nas comunidades

2. Oficinas Inaugurais para elaboração dos PGTAs (2015)

Em 2015 foram realizadas sete conferências com o objetivo de sensibilização sobre a PNGATI e elaboração de um plano de trabalho para construção dos PGTAs. Foram realizados exercícios e discussões da territorialidade, experiências prévias e os desafios para a gestão ambiental e territorial. As lideranças, professores, agentes de saúde, mulheres e jovens da AHKÓ IWI, ACIBRN e ACIR definiram os temas prioritários que deveriam ser discutidos e aprofundados durante o levantamento e nos grupos de trabalho de cada associação. Foram escolhidas duas jovens lideranças por associação para, junto com as diretorias, realizar os levantamentos, produzir relatórios e participar dos grupos de trabalho que analisaram e sistematizaram os dados.

3. Levantamento Socioambiental (2016 e 2017)

Pesquisadores indígenas (45 pessoas) realizaram um levantamento socioeconômico georreferenciado a partir de questionários de entrevistas comunitárias e familiares em sete Terras Indígenas. O censo populacional foi feito a partir dos dados disponibilizados pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Rio Negro (DSEI-ARN) via agentes de saúde indígena, registrando idade, gênero, etnia e atualizando óbitos e nascimentos. No Médio Rio Negro foram também realizadas reuniões em todas as comunidades para discutir os temas prioritários definidos na oficina inaugural a partir de trabalhos em grupos divididos por mulheres, jovens e lideranças.

“O desafio para fazer esse levantamento foi muito grande, a começar pela boa vontade das comunidades e dos comunitários. A maneira de abordar o assunto também foi desafiador. Como em algumas comunidades nunca tinham ouvido falar sobre o

assunto, e tudo era um novo conhecimento, tivemos que fazer com que em pouco tempo assimilassem alguma coisa sobre o assunto para poder prosseguir e deixar claro o objetivo dessa pesquisa” – Eucimar dos Santos Aires, Baré, Coordenadora de Pesquisa do Levantamento Socioambiental no Médio Rio Negro e membro da diretoria da AHKÓ IWI

4. Grupo de Trabalho PGTA e Consultas (2017, 2018 e 2019)

O GT PGTA é como ficou conhecido o grupo que se reuniu em três oficinas específicas: a primeira para analisar as informações do levantamento socioambiental e preparar a devolutiva para as comunidades; e as outras duas para preparar e validar os documentos dos PGTA nas assembleias regionais e geral da FOIRN em 2018.

A maioria das consultas foi realizada sob uma lógica de apresentação, socialização e debate sobre os PGTA, seguida por trabalhos em grupos que se dividiram por temas ou por coletivos de idade, gênero ou profissão. As consultas no Médio Rio Negro foram realizadas nas comunidades Tapuruquara Mirim, Ilha de Duraka, São João II e Maricota. O II encontro do GT ocorreu na Ilha de Duraka em novembro de 2017 onde se discutiu o resultado das consultas e foram feitas mesas de diálogo com as instituições governamentais presentes – DSEI-ARN, Funai, SEMED-SGC, Ufam, MMA, IFAM e ICMBio. Em julho de 2018 foi realizado o III encontro para organizar as primeiras versões dos planos para a revisão e validação pelas instâncias máximas de decisão do movimento indígena do Rio Negro, as assembleias regionais e geral da FOIRN.

5. Validação dos PGTA por Coordenarias nas Assembleias Regionais e Geral da FOIRN (2018 e 2019)

Os PGTA foram apresentados para as instâncias máximas de representação da FOIRN, suas cinco assembleias regionais e uma geral, para que seus participantes pudessem rever e incluir informações que julgassem importantes. Em média, cada etapa reuniu cerca de 200 pessoas e através de uma apresentação pela coordenadoria regional seguida de grupos de trabalhos foi realizada a validação. Após as assembleias houve o trabalho de sistematizar as revisões sugeridas para então iniciar a diagramação e edição gráfica dos PGTA.



Prioridades para a Gestão Territorial

Após as etapas de levantamento de informações, as associações acompanharam os grupos de trabalho e oficinas de análise e discussão dos problemas identificados junto às comunidades. As principais questões comuns foram organizadas para que as propostas pudessem representar os desafios e potenciais de cada área, ao mesmo tempo buscando a articulação entre as três associações destas Terras Indígenas. Os temas prioritários são 6 ao total: Saúde; Educação; Cultura e Religião; Geração de Renda; Infraestrutura; Governança, Proteção e Manejo.

Na validação deste PGTA as lideranças destacaram a importância de:

- **Priorizar as comunidades mais vulneráveis** na implementação das ações
- Considerar as **comunidades com maior população e de localização estratégica** como bases para acesso a **serviços públicos e de infraestrutura**

Comunidades Estratégicas:

- **ACIR: Cartucho, Aruti e Massarabi**
- **ACIBRN: Tapereira e Tapuruquara Mirim**
- **AHKÓIWI : Curicuriari, São Jorge e Camanaus**

1. Saúde

1.1 Garantir água potável e de boa qualidade para as comunidades

- Buscar soluções para acesso à água de qualidade nas comunidades: fontes de água branca ou poços artesianos com bomba d'água e encanamento para distribuição;
- Instalar sistema para analisar e monitorar a qualidade da água das fontes;
- Formar pessoas das comunidades para analisar a qualidade da água;
- Receber orientações sobre tratamento e bom uso da água.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, AIMAs (Agentes Indígenas de Manejo Ambiental), agentes de saúde, DSEI-ARN (Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro), Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Saúde, IFAM, Governo do Estado do Amazonas e ANA (Agência Nacional de Águas).

Destaque: AHKÓ IWI indicou as comunidades Ceware, Yamado, Waruá e Tapajós como prioritárias para instalação de infraestrutura para água. Estas, por estarem mais próximas à sede municipal de São Gabriel da Cachoeira são mais afetadas pela poluição no canal de navegação.

1.2 Reformar, construir e equipar postos de saúde e polos base

- Revisar e monitorar plano de reforma e construção de dos polos base nas comunidades estratégicas;
- Apresentar aos gestores as propostas de reforma, construção e equipagem de postos de saúde.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, FOIRN, DSEI-ARN, SEMSA, Condisi.

1.3 Reconhecer e garantir formação continuada dos profissionais indígenas de saúde

- Acompanhar tramitação do Projeto de Lei (PL) n.º 3.514, de 2019 que regulamenta as profissões de Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Indígena de Saneamento (AISAN), no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS);
- Capacitar de forma contínua os TACIS e ACIS (Técnicos e Agentes Comunitários Indígenas de Saúde) pelo DSEI-ARN, com destaque para temas de manejo do lixo;
- Ampliar a formação dos ACIS para poderem se tornar TACIS;
- Incluir os conhecedores indígenas nas equipes de saúde: benzedores, parteiras, pajés e rezadores;
- Contratar agentes de saúde em sua totalidade pelo DSEI-ARN.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, DSEI-ARN, SEMSA-SIRN e SEMSA-SGC, FIOCRUZ, SEDUC-AM, IFAM, CETAM, SEMED-SGC e SEMED-SIRN, Funai, FOIRN e ATACIRN.

Destaque: Recompôr as vagas de ACIS que foram exonerados,

prevendo a substituição dos enfermeiros com adequação salarial. Criar vagas para agentes de saúde nas comunidades Mercês, Curicuriari e Jupaty (AHKÓ IWI).

1.4 Fortalecer a medicina tradicional indígena

- Fazer inventário de plantas medicinais, receitas e uso, para utilização das comunidades e escolas;
- Apoiar a realização de oficinas de medicina tradicional com velhos e jovens;
- Construir mini laboratórios e farmácias tradicionais;
- Divulgar a legislação sobre biodiversidade e conhecimentos tradicionais;
- Promover oficinas para discutir a segurança dos conhecimentos tradicionais coletivos (pesquisa e patente).

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, AIMAs, FOIRN, Funai, FIOCRUZ, Universidades e ISA.

1.5 Promover coleta, tratamento e destinação adequada do lixo

- Promover oficinas de conscientização sobre consumo e produção de lixo, manejo e reaproveitamento;
- Organizar sistema de coleta de pilhas, baterias, celulares e outros resíduos tóxicos e discutir destinação com os municípios;
- Construir lixeiras e estruturas para armazenagem de lixo nas comunidades;
- Discutir com os municípios a destinação, reciclagem e outras formas de tratamento do lixo nas cidades.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, agentes de saúde, professores, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Educação e de Saúde, DSEI-ARN, Sebrae e Cetam.

1.6 Combater o alcoolismo e uso de drogas

- Realizar palestras sobre tipos e usos de drogas nas escolas e comunidades;
- Elaborar regras internas de convivência nas comunidades, com

- apoio da associação e Departamentos de Jovens e de Mulheres da FOIRN;
- Identificar e dialogar com as pessoas que vendem bebida nas comunidades e discutir estratégias de fiscalização da proibição da venda;
 - Realizar campeonatos, esportes e atividades para jovens e adultos.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, professores, DSEI-ARN, Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Educação e de Saúde, Exército, Funai e FOIRN.

2. Educação

2.1 Estruturar polos educacionais nas comunidades estratégicas

- Construir e equipar polos educacionais com laboratórios de ciências e informática, quadras e espaços de esportes e lazer;
- Contratar equipe profissionais para atuar nos polos: gestor, secretário, merendeira, serviços gerais e professores.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, SEMED-SIRN e SEMED-SGC, SEDUC-AM, MEC, FOIRN e Funai.

Destaque: Comunidades Estratégicas para instalação de polos educacionais: ACIR: Cartucho, Aruti e Massarabi; ACIBRN: Tapereira e Tapuruquara Mirim e AHKÓ IWI: Curicuriari, São Jorge e Camanaus.

2.2 Garantir a qualidade de ensino e aprendizagem

- Ofertar cursos técnicos adequados à realidade e necessidades das comunidades;
- Elaborar material didático diferenciado;
- Melhorar a remuneração para os profissionais da educação.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, SEMED, SEDUC-AM, UEA, Ufam, IFAM, FOIRN, Funai.

Destaque: Viabilizar estrutura local nas escolas para impressão de materiais didáticos.

2.3 Promover o consumo de merenda escolar tradicional e regional

- Levantar o potencial de produção agrícola para organizar interessados nas comunidades para fornecer merenda escolar;
- Preparar as associações e escolas para implementar o PNAE e realizar a compra de produtos agrícolas nas comunidades;
- Garantir a contratação de merendeiras em todas as escolas.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, SEMED-SGC e SEMED-SIRN, SEDUC-AM, SEPROR-AM, IDAM, Funai, FOIRN e ISA.

2.4 Implementar Escolas Indígenas Diferenciadas

- Retomar a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos Indígenas (PPPIs) das escolas;
- Reconhecer formalmente os Assessores Pedagógicos Indígenas (APIs) e garantir a contratação nas regiões;
- Realizar encontros pedagógicos nas comunidades para apoiar a estruturação das escolas indígenas diferenciadas.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, SEMED-SGC e SEMED-SIRN, SEDUC-AM, FOIRN, Funai, MEC, Ufam.

2.5 Fortalecer a oferta de Ensino Superior nos polos educacionais

- Melhorar ou construir escolas próprias de ensino superior nas cidades;
- Garantir a continuidade dos programas de apoio à permanência dos estudantes indígenas nas universidades;
- Ofertar cursos de pós-graduação e especialização.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, FOIRN, MEC, Ufam, UEA, IFAM, CETAM.

3. Cultura e Religião

3.1 Revitalizar e fortalecer as tradições

- Promover festivais de produtos da roça, de danças tradicionais e outras manifestações culturais;
- Discutir leis municipais de incentivo à cultura e eventos indígenas;
- Identificar atrativos importantes da cultura para compor os roteiros turísticos dos projetos comunitários.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, FOIRN, Funai, MUSA, IPHAN, Universidades, ISA e Prefeituras.

Destaque: ACIR e AHKÓ IWI pretendem realizar o Festival da Mandioca e o Festival da Pupunha.

3.2 Resgatar as línguas indígenas

- Promover o resgate das línguas maternas nas escolas;
- Promover a participação dos jovens nas atividades culturais.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, escolas, SEMED-SGC e SEMED-SIRN, SEDUC-AM, FOIRN, Funai.

3.3 Respeitar a diversidade religiosa entre os parentes

- Discutir acordos comunitários internos para respeitar a diversidade religiosa;
- Criar regras para o relacionamento com religiosos de fora que vêm assediar as comunidades.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, igrejas, Funai, FOIRN.

Destaque: Os acordos e regras sobre a vida religiosa da comunidade devem ser discutidos internamente.

4. Geração de renda

4.1 Promover a comercialização e valorização dos produtos tradicionais agrícolas e extrativistas

- Realizar oficina para conhecer as políticas públicas da agricultura familiar e adequar para a realidade da agricultura indígena;
- Realizar levantamento dos produtos potenciais para comercialização e apoiar a organização das comunidades no planejamento da produção;
- Realizar estudo para avaliar o potencial das áreas extrativistas e oportunidades de comercialização;
- Desenvolver projetos de beneficiamento e valorização dos produtos, em especial as frutas;
- Estruturar espaços autônomos de comercialização nas cidades.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, IDAM, SEMPA, Prefeituras–SGC e SIRN, Funai, FOIRN, ISA e IPHAN.

Destaque: Produtos da roça já são comercializados sazonalmente (açai, cupuaçu, abacaxi, cará, bacaba, patauá e buriti) e durante todo o ano (banana, macaxeira, cana, batata doce e pimenta). Em relação aos produtos extrativistas, as associações já identificaram alguns potenciais e interesses específicos: Latéx (ACIR), Piaçava (AHKÓ IWI e ACIBRN) e Barro para fabricação de tijolo (AHKÓ IWI). Açai (Uábada II), coco e cana (Massarabi).

4.2 Fortalecer a comercialização do artesanato indígena

- Fazer estudos de manejo e levantar conhecimentos potenciais para valorizar o artesanato (cipó, piaçava, arumã, sementes e outros);
- Elaborar cartilhas de boas práticas com os conhecimentos tradicionais e tecnologias para a extração de fibras e outros materiais;
- Realizar oficinas para aprimorar a confecção de peças de artesanato;
- Construir planos de negócios para organizar a produção e buscar novos mercados;
- Estruturar espaços de produção do artesanato e de comercialização.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, FOIRN, Funai, Ibama, IFAM, IDAM, SEBRAE, ISA.

Destaque: AHKÓ IWI e ACIR pretendem promover o resgate da produção de cerâmicas.

4.3 Fortalecer o Turismo de Base Comunitária no Rio Negro

- Realizar consultas, levantamentos, estudos de impacto e capacitações para estruturar os projetos de turismo com segurança e consentimento livre, prévio e esclarecido;
- Promover oficinas para que todas as comunidades envolvidas discutam a governança dos projetos e a repartição de benefícios;
- Identificar parceiros para estruturar os Planos de Negócio e fortalecer as iniciativas para criar um Circuito de Turismo Indígena do Rio Negro;
- Apoiar as associações para que se desejarem, possam no futuro criar operadoras e agências indígenas de turismo;
- Discutir parcerias com as prefeituras para melhorar a infraestrutura das cidades e apoiar os projetos de turismo.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, CAIMBRN FOIRN, Funai, ISA, Ibama, Exército, Garupa e Universidades.

Destaque: ACIR, AHKÓ IWI e ACIBRN possuem planos de visitação de acordo com a IN 3/2015 da Funai em projetos de diferentes modalidades (ecoturismo, turismo de experiência e turismo de pesca). ACIR e ACIBRN já possuem parceria com operadoras e têm um calendário anual de grupos turísticos e acordos de repartição de benefícios coletivos.

4.4 Realizar Manejo Florestal

- Realizar estudos de manejo e criar mecanismos para regular a prática de aproveitamento de madeira morta das roças para uso geral e produção de carvão;
- Realizar estudo para manejo e comercialização de madeira.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, FOIRN, Funai, Ibama, Exército, ICMBio e Prefeituras SGC e SIRN.

Destaque: Na área da ACIBRN as comunidades decidiram que não ocorrerá comercialização de madeiras.

Quadro Informativo 4. Iniciativas de turismo indígena

Desde a década de 90 há registros de invasões nas Terras Indígenas do Rio Negro para atividades turísticas – principalmente visitação nas serras e pesca esportiva. O turismo sempre foi explorado a partir de interesses privados externos, de forma desordenada, sem que as comunidades participassem dos ganhos financeiros ou pudessem antecipar os impactos negativos. Porém, cabe aos indígenas decidir sobre o uso dos recursos naturais existentes em seu território, discutir os acordos de uso, calendários e regras de convívio necessárias para a segurança da atividade e respeito aos modos de vida tradicionais. O turismo não pode ser realizado por um grupo restrito, contra a decisão da maioria ou apenas por interesse de empresas privadas, mas sim organizado no modelo de base comunitária.

Nos projetos de turismo indígena desenvolvidos com apoio da FOIRN e parceiros, são realizados os estudos e oficinas necessários para desenvolver as iniciativas comunitárias atendendo aos objetivos e prioridades dos indígenas, de acordo com a legislação vigente. É um grande desafio estruturar os projetos antes de se estabelecer contratos com empresas especializadas, as chamadas operadoras e agências. As parcerias para apoiar as comunidades na discussão e no processo de decisão do modelo de turismo são fundamentais para garantir que a iniciativa respeite os interesses e os modos de vida das comunidades.

A entrada de recursos financeiros nas comunidades é discutida e as associações envolvidas assumem a responsabilidade de receber, prestar contas e garantir que a distribuição dos benefícios econômicos ocorra de forma coletiva e justa. Desta forma, a própria organização da atividade contribui com a governança e direciona os investimentos para

os interesses coletivos de melhoria da qualidade de vida e infraestrutura nas comunidades. Na elaboração dos planos de negócio investiu-se esforços para estruturar projetos autônomos, que possuam recursos próprios – ou por meio de parcerias – para que os indígenas sejam capacitados e tenham infraestrutura adequada para fiscalizar a própria atividade, além de proteger o território.

A FOIRN está ampliando sua capacidade de gestão e assessoria às associações de base e investindo em tratativas com órgãos públicos e parceiros privados com o objetivo de consolidar projetos seguros para as iniciativas na perspectiva de um Circuito de Turismo Indígena no Rio Negro. Espera-se também promover o desenvolvimento regional do médio e alto Rio Negro com atenção especial às sedes municipais e ao acesso à comunicação, energia, transporte, saneamento e gestão do lixo.

O Turismo Indígena é construído a partir desses vários elementos e por isso ele apóia o fortalecimento das associações e a gestão territorial, promovendo o engajamento dos turistas na defesa dos direitos e territórios indígenas.

Janela de exemplos:

As iniciativas de turismo apoiadas pela FOIRN cuidam para que a entrada de recursos financeiros estejam sob governança das associações envolvidas, com acompanhamento das comunidades, contribuindo para o controle da atividade, gerando benefícios coletivos e implementando a fiscalização e proteção territorial.

Projeto Marié

No Rio Marié vivem os maiores tucunarés, o que atrai turistas pescadores do mundo todo. O Projeto Marié é uma operação expressiva, com um limite máximo de 144 turistas distribuídos em 12 semanas de pesca por ano e gerou nos três primeiros anos (2014-2016) mais de R\$1 milhão em benefícios diretos para as famílias e comunidades da ACIBRN. A governança do projeto ocorre por meio de um conselho gestor que envolve as comunidades associadas, a diretoria da ACIBRN, a FOIRN e a empresa parceira *Untamed Angling* do Brasil – UAB. O Conselho é responsável pela tomada de todas as decisões, desde a seleção de pessoas para atuar na operação de turismo e na vigilância do território até a prestação de contas de todos os gastos e investimentos do projeto – inclusive as benfeitorias a serem realizadas nas comunidades (saiba mais em: <https://isa.to/3yyh4md>).

Projeto Serras Guerreiras

A partir de 2013, a Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas – ACIR iniciou a discussão do turismo em sua área de abrangência, envolvendo comunidades das Terras Indígenas Médio Rio Negro I e Médio Rio Negro II. Cinco comunidades, Boa Vista, Cartucho, Uabada II, São João II e Aruti, levaram a ideia adiante, organizaram assembleias e oficinas, ampliaram parcerias e nasceu o projeto com a participação de 110 famílias e quase 500 pessoas das etnias Baré, Baniwa, Piratapuaia, Desana, Tukano, Tariana, Dâw e Kuiawi. Em 2017 foram realizadas quatro expedições experimentais com dois roteiros que contemplam práticas culturais e experiências amazônicas para conectar o visitante



Guias e turistas durante Expedição Serras Guerreiras no topo da última serra guerreira. Ao fundo vemos a serra do Trovão. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Marcelo Monzillo/ISA, 2017.

com os modos de vida dos povos indígenas. As expedições demonstraram uma grande procura por este novo modelo de turismo indígena, o qual possibilita também o engajamento de apoiadores à defesa de direitos (saiba mais: <https://isa.to/34fu6Hf>).

Números aproximados das primeiras expedições nas Serras Guerreiras

- 180 pessoas de 17 estados brasileiros e 3 países inscritas e interessadas
- 45 viajantes de 8 estados brasileiros
- R\$ 37.800 de renda gerada para as comunidades
- R\$ 12 mil foi a renda extra obtida com a venda de artesanato
- 50% da renda foi investida coletivamente, em melhorias de infraestrutura nas comunidades
- Das pessoas que trabalham diretamente com o turismo nas comunidades, 41% são mulheres.

4.5 Reconhecer os serviços socioambientais das populações indígenas

- Realizar estudos interculturais para identificar e calcular os serviços socioambientais das populações indígenas de cuidar da floresta;
- Buscar apoio para discutir formas de pagamento aos serviços socioambientais indígenas para a gestão do território.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, FOIRN, ISA, Funai.

4.6 Acompanhar a discussão sobre regulamentação da mineração em Terras Indígenas

- Discutir protocolos de consulta para saber quem é afetado e como decidem sobre a extração mineral;
- Realizar levantamentos e análise do potencial e dos impactos da possível extração de: seixo (ACIR), Água Mineral (ACIBRN e ACIR) e tantalita, pedras preciosas, ouro e prata (AHKÓ IWI).

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, FOIRN, Funai, CPRM, IPAAM, ANA, DNPM, ICMBio, Ibama, Exército.

Destaque: Uma família e uma comunidade não podem decidir sozinhas. Todos os afetados devem discutir e decidir juntos, respeitando o direito ao consentimento livre, prévio e esclarecido, e os protocolos de consulta.

5. Infraestrutura

5.1 Realizar parceria com prefeituras para infraestrutura

- Levantar recursos disponíveis e discutir contrapartida das comunidades para construção e reforma de centros comunitários e casas de apoio nas cidades;
- Realizar levantamento e apresentar aos municípios proposta de construção e reforma de escolas nas comunidades.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, professores, SEMED, SEDUC-AM, CAIMBRN, FOIRN e Funai.

5.2 Promover alternativas energéticas mais eficientes e limpas para as comunidades

- Realizar levantamento de potenciais (solar, vento, turbinas na água, biomassa, etc) para energia limpa nas comunidades;
- Formar lideranças e promover intercâmbios para conhecer experiências e tecnologias alternativas de geração de energia;
- Realizar formação para que comunidades tenham condição de realizar a manutenção e bom uso da energia.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, professores, FOIRN, Funai, Prefeituras, Luz Para Todos, ISA, Universidades.

Destaque: AHKÓ IWI indicou comunidades e modelos de energia a serem testados com base em experimentos prévios: Yamado, Waruá, Tapajós e Mercês (placa solar); Ceware, Curicuriari, São Jorge e Inibo (turbina) e Camanaus (vento).

5.3 Construir casas de apoio para indígenas nas cidades

- Construir alojamento e estruturas de apoio para a permanência de indígenas nas cidades com o objetivo de atendimento de saúde, comercialização de produtos e receber benefícios do governo.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, FOIRN, Funai, Prefeituras e Exército.

5.4 Criar sistemas de transporte

- Criação de sistema de transporte público escolar entre comunidades e sítios;
- Estruturação de sistema de transporte por associação para apoiar a mobilização das comunidades e o escoamento e comercialização de produtos.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, FOIRN, Funai, IDAM, SEMPA, SEMED-SGC e SEMED-SIRN, Prefeituras e Exército.

5.5 Ampliar os meios de comunicação nas comunidades

- Instalar internet pública e antenas de celular nas comunidades estratégicas;
- Instalação de radiofonias;
- Formação e contratação de técnicos indígenas para manutenção de radiofonia nas comunidades.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, CAIMBRN, FOIRN, Funai, SEMED-SGC e SEMED-SIRN, Prefeituras e Exército.

Destaque: AHKÓ IWI destacou a prioridade para instalação de radiofonias nas comunidades Camanaus, Mercês e Jupaty.

5.6 Melhorar a estrutura de saneamento, especialmente banheiros, nas comunidades

- Receber orientações sobre saneamento nas comunidades;
- Receber treinamento sobre a construção de banheiros secos ou outras opções adequadas à realidade local.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, AIMAs, agentes de saúde, DSEI-ARN, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Saúde, IFAM.

6. Governança, Proteção e Manejo

6.1 Promover manejo de recursos naturais

- Promover oficinas para construir e monitorar os planos de manejo dos recursos (pesca, fibras, palhas, frutas e caça);
- Identificar quem são os usuários dos recursos (da comunidade e fora);
- Envolver nas oficinas todos que participam das atividades de pesca, caça, extração e outros e todos os órgãos competentes (Funai e Exército);
- Realizar estudos para definir boas práticas e recuperar regras tradicionais;

- Realizar estudos para manejo e comercialização segura de quelônios;
- Discutir a reativação e criação de projetos de piscicultura e oportunidades de comercialização;
- Fiscalizar o uso de métodos proibidos de pesca: mergulho, arrastão, timbó.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, CAIMBRN, FOIRN, Funai, SEMMA, IDAM, IFAM, SEMPA, Ibama, AIMAs, ISA.

Destaque: Incluir regras e boas práticas para retirada de caranã e materiais de artesanato.

6.2 Criar sistema de vigilância indígena

- Construir postos estratégicos de fiscalização, com equipamentos de transporte, radiofonia e apoio logístico;
- Realizar capacitação de vigilantes indígenas com apoio da Funai;
- Discutir parcerias e estratégias de fiscalização com apoio da Funai, Exército e outros.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, CAIMBRN, FOIRN, Funai, Exército, Prefeituras e IPAAM.

Destaque: Locais e períodos prioritários para novos postos de fiscalização: foz do rio Curicuriari (agosto a outubro), foz do Inambu e do rio Téa (agosto a fevereiro).

6.3 Fortalecer a organização das comunidades e as associações

- Incentivar jovens e lideranças na participação de atividades do movimento indígena, para trabalhar conjuntamente e assumir responsabilidades nos trabalhos junto com as associações;
- Diretorias das associações devem apoiar a organização e repasse de informação para as comunidades;
- Comunidades devem discutir e definir as lideranças para participar em eventos e espaços políticos;
- Comunidades devem discutir regras de convivência e comunicar a associação;
- A abertura de novos sítios e comunidades deve ser discutida entre todos, em diálogo com a associação.

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, CAIMBRN, FOIRN, Funai.

Destaque: Na área da ACIBRN as comunidades decidiram que não devem ser abertos novos sítios ou comunidades.

6.4 Monitoramento e avaliação do PGTA

- Monitoramento e avaliação nas assembleias da CAIMBRN (a cada 2 anos);
- Revisão e atualização nas assembleias da CAIMBRN (a cada 4 anos).

Parceiros e Responsáveis: Associações, lideranças, CAIMBRN, FOIRN e Funai.

A implementação do PGTA das Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa será monitorada e avaliada nas assembleias da CAIMBRN (a cada dois anos) e o documento será atualizado a cada quatro anos.



Caderno de Resultados do Levantamento Socioambiental

**Dados do levantamento
socioambiental FOIRN/ISA
(2017) na área de abrangência
das associações de base
ACIBRN, ACIR e AHKÓIWI —
Terras Indígenas Médio Rio
Negro I, II e Rio Téa**



Sobre o levantamento socioambiental

Em 2016 e 2017 foram realizados levantamentos de dados socioambientais em 7 Terras Indígenas por equipes de pesquisadores indígenas e parceiros que participaram de treinamentos. Formulários com perguntas orientaram as entrevistas coletivas (comunidades) e domiciliares (com cada família) levantando dados socioeconômicos, de infraestrutura, avaliação da população sobre segurança alimentar e atendimento de serviços públicos, em especial, de saúde e educação. Os formulários foram aplicados utilizando um aplicativo digital (*Open Data Kit* – ODK) instalado em *tablets*. O censo populacional foi feito a partir dos dados disponibilizados pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena do Rio Negro (DSEI-ARN), registrando idade, gênero e etnia e atualizando óbitos e nascimentos, junto aos agentes indígenas de saúde.

Este documento apresenta um compilado desses dados, organizados a partir das áreas abrangência das associações de base ACIBRN, ACIR e AHKÓIWI, dentro das Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa. Está dividido em caracterização da região, resultados dos levantamentos coletivos nas comunidades e os resultados de entrevistas domiciliares (por famílias).

As três associações:

AHKÓIWI – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro

ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro

ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas

São todas atuantes na região da **CAIMBRN** – Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro.

1. Características gerais da região

Tabela 1. Área, população, número de comunidade, sítios e famílias por Terra Indígena

| Terra Indígena | Área total (hectare) | População | Comunidades | Sítios | Famílias |
|-----------------------|-----------------------------|------------------|--------------------|---------------|-----------------|
| TI Médio Rio Negro I | 315.819,00 | 3646 | 36 | 27 | 689 |
| TI Médio Rio Negro II | 317.610,47 | 479 | 8 | 1 | 99 |
| TI Rio Téa | 415.433,93 | 314 | 4 | 0 | 68 |
| Total | | 4439 | 48 | 28 | 856 |

Tabela 2. Área, população, número de comunidade, sítios e famílias por área de abrangência de casa associação

| Associação | Coordenadoria FOIRN | Área total (hectare) | População | Comunidades | Sítios | Famílias |
|-------------------|----------------------------|-----------------------------|------------------|--------------------|---------------|-----------------|
| ACIBRN | CAIMBRN | 1.645.050,03 | 1243 | 14 | 0 | 212 |
| ACIR | CAIMBRN | 640.352,80 | 921 | 12 | 0 | 196 |
| AHKÓIWI | CAIMBRN | 325.548,06 | 1498 | 12 | 19 | 288 |
| Total | | 2.610.950,89 | 3662 | 38 | 19 | 696 |

Etnias

Tabela 3. Etnias* por Terra Indígena

| Etnia | Médio I | Médio II | Téa | Total Geral | % |
|---------------|----------------|-----------------|------------|--------------------|---------------|
| Tukano | 698 | 49 | 8 | 755 | 18,7% |
| Baré | 654 | 242 | 147 | 1043 | 25,8% |
| Baniwa | 632 | 87 | 42 | 761 | 18,9% |
| Desana | 327 | 32 | 2 | 361 | 8,9% |
| Tariana | 228 | 4 | 0 | 232 | 5,7% |
| Piratapuia | 183 | 28 | 0 | 211 | 5,2% |
| Koripako | 132 | 1 | 0 | 133 | 3,3% |
| Dâw | 99 | | 0 | 99 | 2,5% |
| Arapaso | 69 | 4 | 0 | 73 | 1,8% |
| Kubeo | 63 | 1 | 0 | 64 | 1,6% |
| Tuyuka | 47 | 3 | 2 | 52 | 1,3% |
| Siriano | 26 | 0 | 0 | 26 | 0,6% |
| Outra | 24 | 9 | 16 | 49 | 1,2% |
| Kotiria | 19 | 0 | 0 | 19 | 0,5% |
| Hupd'äh | 18 | 1 | 0 | 19 | 0,5% |
| Karapanã | 9 | 6 | 0 | 15 | 0,4% |
| Não respondeu | 9 | 1 | 0 | 10 | 0,2% |
| Caboclo | 6 | 1 | 0 | 7 | 0,2% |
| Werekena | 3 | 1 | 0 | 4 | 0,1% |
| Yeba-mahsã | 3 | 0 | 1 | 4 | 0,1% |
| Nadëb | 2 | 1 | 58 | 61 | 1,5% |
| Yanomami | 2 | 0 | 0 | 2 | 0,0% |
| Mirititapuia | 1 | 2 | 0 | 3 | 0,1% |
| Kuiawi | 0 | 0 | 32 | 32 | 0,8% |
| Total | 3254 | 473 | 308 | 4035 | 100,0% |

*Etnias por auto identificação

Tabela 4. Etnias por associação*

| Etnia declarada | AHKOIWI | ACIBRN | ACIR | Total | % |
|------------------------|----------------|---------------|-------------|--------------|---------------|
| Tukano | 410 | 149 | 50 | 609 | 18,0% |
| Desana | 214 | 44 | 61 | 319 | 9,4% |
| Baré | 207 | 219 | 497 | 923 | 27,3% |
| Baniwa | 159 | 322 | 95 | 576 | 17,0% |
| Tariana | 150 | 24 | 30 | 204 | 6,0% |
| Piratapuia | 148 | 9 | 38 | 195 | 5,8% |
| Dâw | 98 | 1 | 0 | 99 | 2,9% |
| Koripako | 77 | 3 | 0 | 80 | 2,4% |
| Arapaso | 61 | 7 | 1 | 69 | 2,0% |
| Kubeo | 49 | 9 | 1 | 59 | 1,7% |
| Hupd'äh | 14 | 0 | 1 | 15 | 0,4% |
| Tuyuka | 11 | 3 | 17 | 31 | 0,9% |
| Kotiria | 8 | 1 | 0 | 9 | 0,3% |
| Siriano | 2 | 24 | 0 | 26 | 0,8% |
| Nadëb | 2 | 0 | 59 | 61 | 1,8% |
| Werekena | 2 | 0 | 2 | 4 | 0,1% |
| Karapanã | 1 | 7 | 7 | 15 | 0,4% |
| Mirititapuya | 1 | 2 | 0 | 3 | 0,1% |
| Outra | 1 | 18 | 24 | 43 | 1,3% |
| Yanomami | 1 | 0 | 1 | 2 | 0,1% |
| Kuiawi | 0 | 0 | 32 | 32 | 0,9% |
| Yeba-mahsã | 0 | 0 | 2 | 2 | 0,1% |
| Caboclo | 5 | 1 | 1 | 7 | 0,2% |
| Total | 1621 | 843 | 919 | 3383 | 100,0% |

*Etnias por auto identificação

2. Resultados das entrevistas realizadas com as comunidades, por área de abrangência das associações

Migração

Tabela 5. Número de famílias que saíram das comunidades e se mudaram para as comunidades

| Associação | Famílias que saíram da comunidade | Famílias que mudaram para a comunidade |
|------------|-----------------------------------|--|
| ACIBRN | 24 | 15 |
| ACIR | 15 | 21 |
| AHKOIWI | 28 | 26 |
| Total | 67 | 62 |

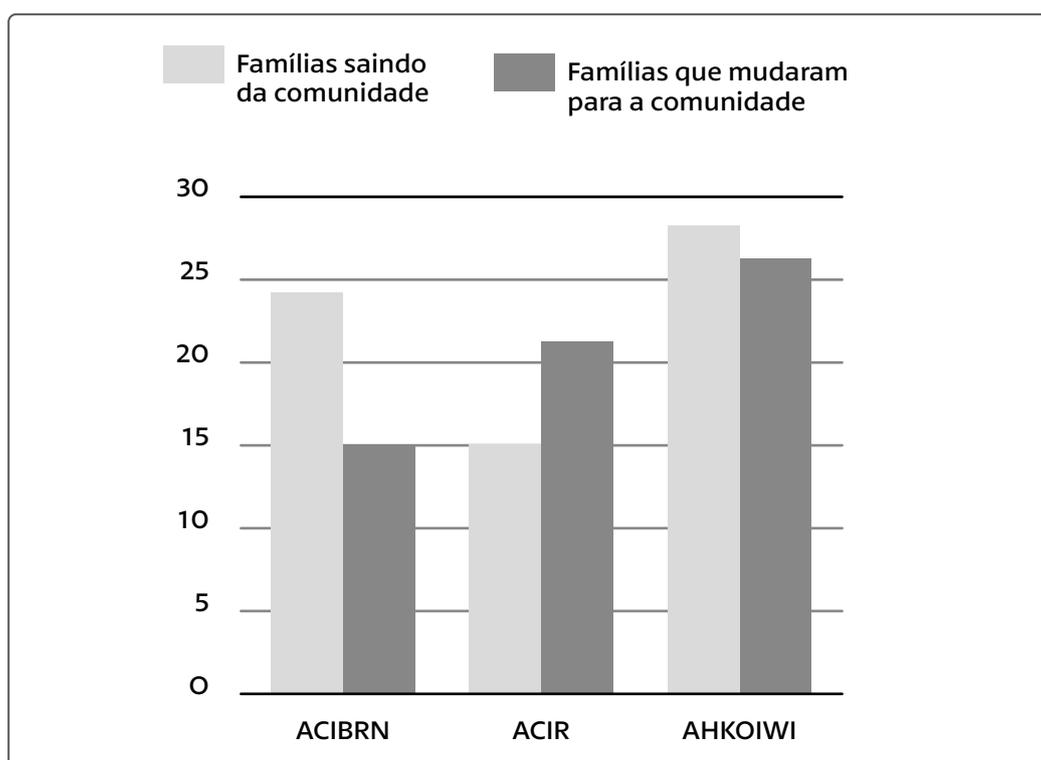


Figura 1. Número de famílias que saíram das comunidades e se mudaram para as comunidades de origem

Tabela 6. Principais destinos das famílias que se mudaram

| Associação | Outras comunidades | Santa Isabel* | São Gabriel | Manaus | Novo Airão | Irاندuba | Total |
|------------|--------------------|---------------|-------------|--------|------------|----------|-------|
| ACIBRN | 2 | 3 | 3 | 2 | 1 | 0 | 11 |
| ACIR | 3 | 7 | 1 | 0 | 0 | 1 | 12 |
| AHKOIWI | 2 | 1 | 6 | 1 | 0 | 0 | 10 |
| Total | 7 | 11 | 10 | 3 | 1 | 1 | 33 |

*Sede municipal de Santa Isabel do Rio Negro

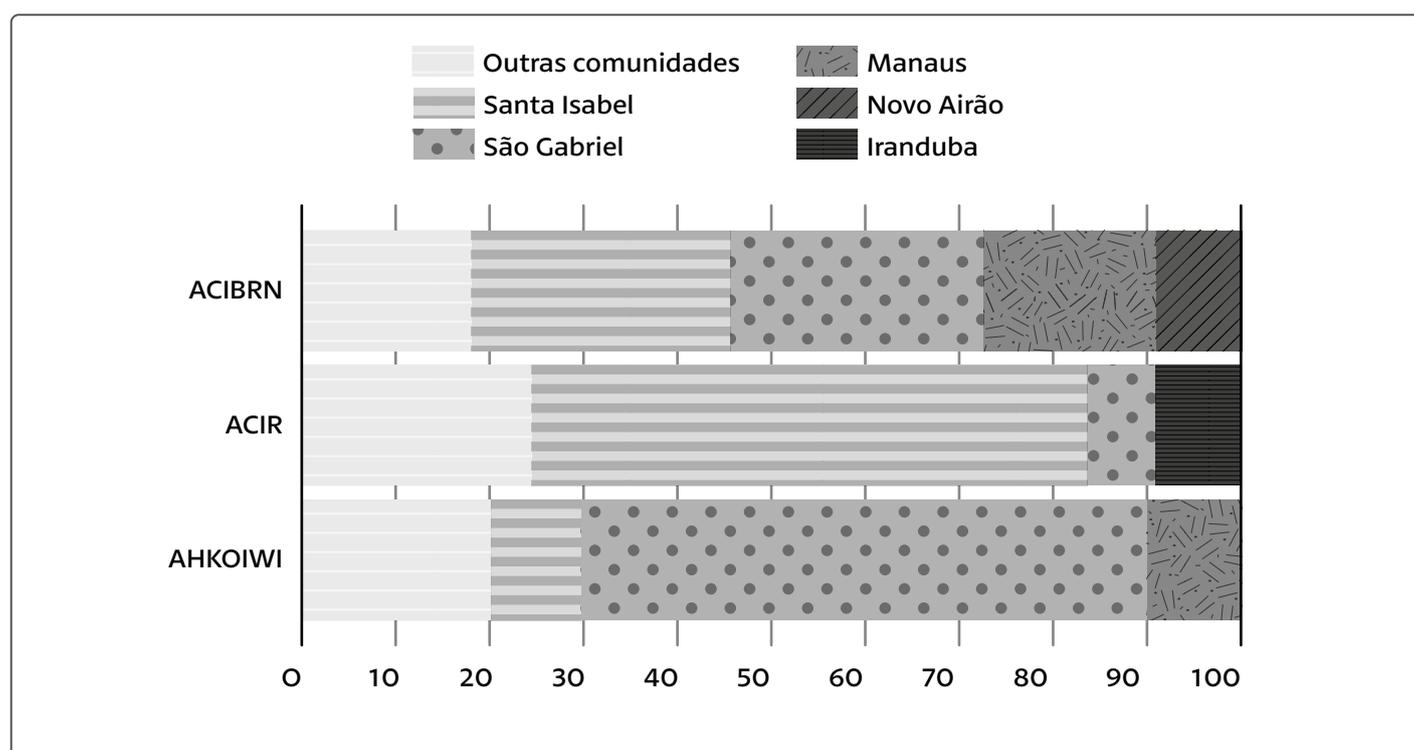


Figura 2. Principais destinos das famílias que se mudaram

Tabela 7. Principais motivos da saída de famílias das comunidades para a cidade

| Motivos | ACIBRN | ACIR | AHKOIWI | Total Geral |
|-------------------------------|----------|-----------|-----------|-------------|
| Educação escolar | 3 | 6 | 6 | 15 |
| Oportunidade geração de renda | 2 | 3 | 2 | 7 |
| Conflitos na comunidade | 2 | 1 | 0 | 3 |
| Problema de saúde | 0 | 0 | 2 | 2 |
| Morar com parentes | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Total | 7 | 11 | 10 | 29 |

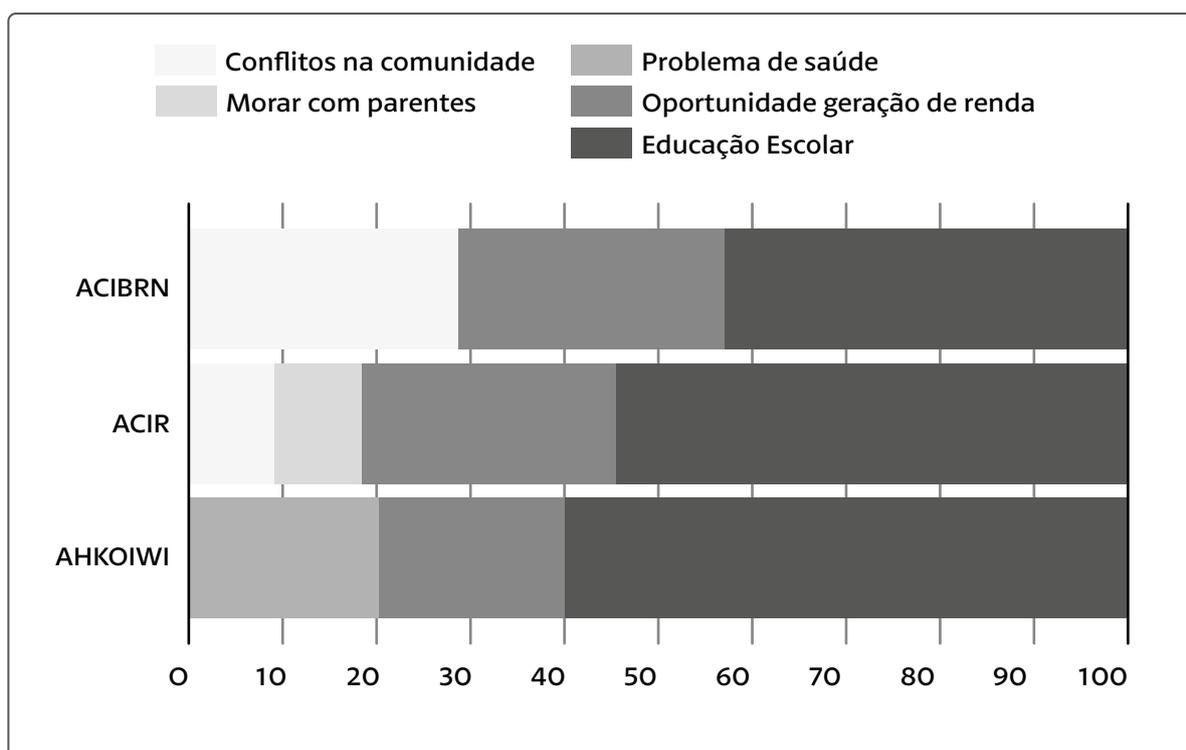


Figura 3. Principais motivos da saída de famílias das comunidades para a cidade

Rituais e festas

Tabela 8. Número de comunidades que praticam rituais e festas indígenas e tradicionais

| Associação | Número de comunidades que praticam rituais | % em relação ao total de comunidades |
|------------|--|--------------------------------------|
| ACIBRN | 12 | 85,71% |
| ACIR | 12 | 100,00% |
| AHKOIWI | 10 | 83,33% |
| Total | 34 | 89,47% |

Religião

Tabela 9. Número de famílias que declararam religião

| Associação | Católicas | Evangélicas |
|------------|-----------|-------------|
| AHKOIWI | 212 | 52 |
| ACIBRN | 88 | 82 |
| ACIR | 154 | 25 |
| Total | 454 | 159 |

Educação

Tabela 10. Número de comunidades com escola

| Associação | Comunidades sem escola | Comunidades com escola |
|------------|------------------------|------------------------|
| ACIBRN | 0 | 12 |
| ACIR | 3 | 9 |
| AHKOIWI | 3 | 11 |
| Total | 6 | 32 |

Tabela 11. Número de escolas com e sem Projeto Político Pedagógico (PPP)

| Associação | Com PPP | PPP em elaboração | Sem PPP |
|------------|---------|-------------------|---------|
| ACIBRN | 2 | 4 | 8 |
| ACIR | 0 | 0 | 9 |
| AHKOIWI | 0 | 7 | 4 |
| Total | 2 | 11 | 21 |

Tabela 12. Número de alunos cursando ensino fundamental I (FI), ensino fundamental II (FII) e ensino de jovens e adultos (EJA), dentro (Com.) e fora das comunidades de origem

| Associação | FI | | Ensino FII | | Ensino Médio | | EJA | |
|------------|------|------|------------|------|--------------|------|------|------|
| | Com. | Fora | Com. | Fora | Com. | Fora | Com. | Fora |
| ACIBRN | 185 | 21 | 143 | 31 | 39 | 28 | 48 | 0 |
| ACIR | 186 | 23 | 107 | 28 | 77 | 33 | 9 | 0 |
| AHKOIWI | 232 | 20 | 107 | 45 | 44 | 44 | 59 | 13 |
| Total | 603 | 64 | 357 | 104 | 160 | 105 | 116 | 13 |

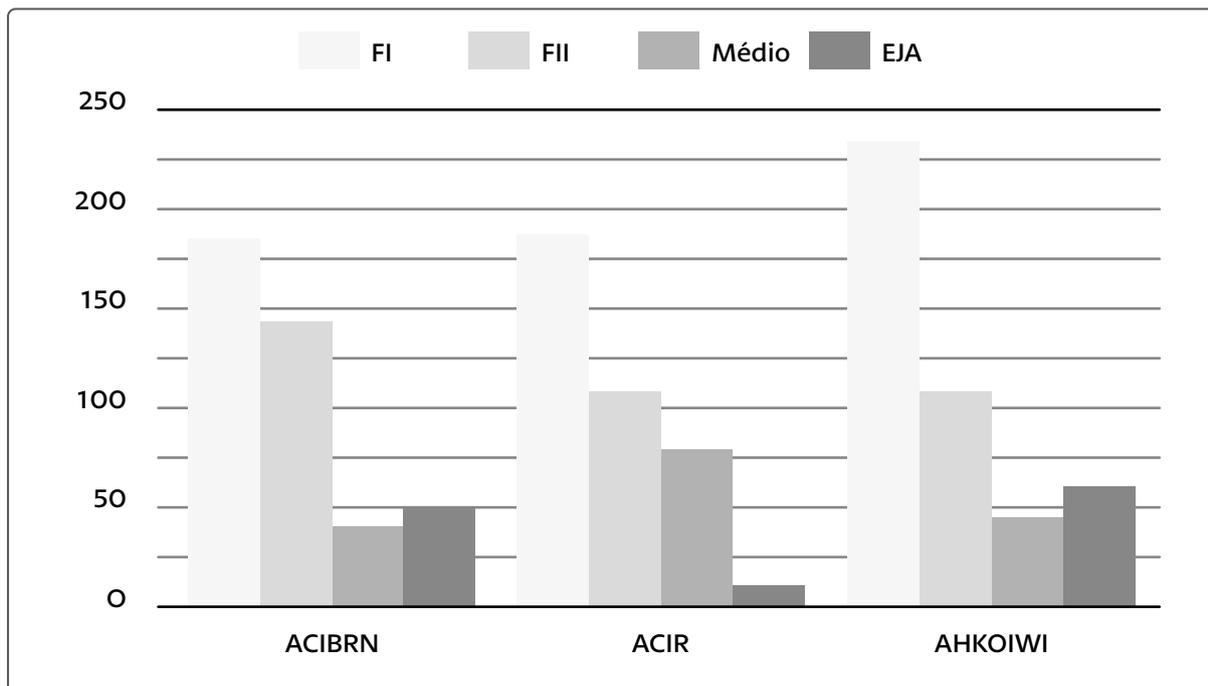


Figura 4. Número de alunos estudando em escolas nas comunidades de origem, por nível de escolaridade

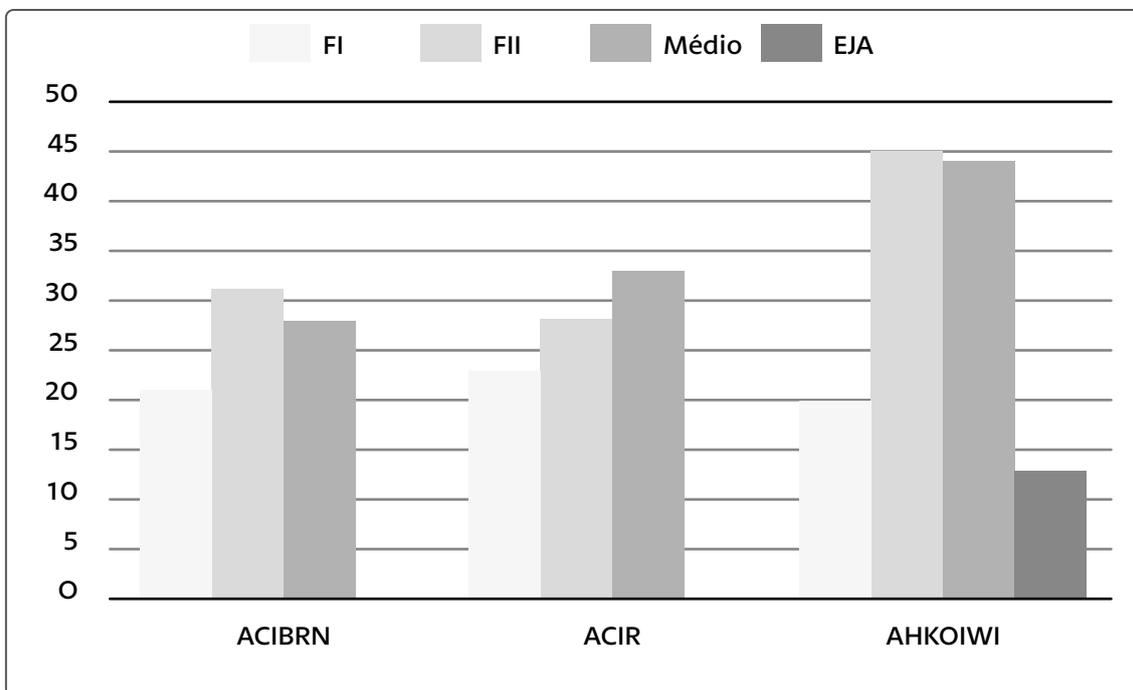


Figura 5. Número de alunos estudando fora de sua comunidade de origem, por grau de escolaridade

Tabela 13. Número de escolas construídas pela comunidade e pelo governo

| Associação | Construída pela comunidade | Construída pelo governo |
|------------|----------------------------|-------------------------|
| ACIBRN | 5 | 7 |
| ACIR | 1 | 8 |
| AHKOIWI | 5 | 6 |
| Total | 11 | 21 |

Tabela 14. Informações sobre ensino superior

| Associação | Número de comunidades com pessoas estudando | Número de pessoas estudando | Número de comunidades com pessoas formadas | Número de pessoas formadas | Número de formadas que estão empregadas |
|------------|---|-----------------------------|--|----------------------------|---|
| ACIBRN | 3 | 4 | 5 | 9 | 4 |
| ACIR | 7 | 19 | 6 | 8 | 6 |
| AHKOIWI | 6 | 13 | 9 | 24 | 9 |
| Total | 16 | 36 | 20 | 41 | 19 |

Infraestrutura

Comunicação

Tabela 15. Número de comunidades com radiofonia da FOIRN e com telefone público, por área de abrangência das associações

| Associação | Radiofonia | | Telefone público | |
|------------|------------|-------|------------------|-------|
| | número | % | número | % |
| ACIBRN | 7 | 50.0% | 4 | 28.6% |
| ACIR | 7 | 58.3% | 3 | 25.0% |
| AHKOIWI | 5 | 41.7% | 6 | 50.0% |

Energia

Tabela 16. Geradores de energia nas comunidades

| Associação | % comunidades com gerador coletivo | % geradores coletivos precisando de manutenção | Número de geradores particulares |
|------------|------------------------------------|--|----------------------------------|
| ACIBRN | 100.0% | 14.3% | 46 |
| ACIR | 100.0% | 16.7% | 49 |
| AHKOIWI | 100.0% | 16.7% | 37 |

Tabela 17. Compra de combustível para os geradores

| Associação | Compra coletiva | Compra familiar | Doações |
|------------|-----------------|-----------------|---------|
| ACIBRN | 4 | 13 | 1 |
| ACIR | 0 | 9 | 0 |
| AHKOIWI | 0 | 6 | 1 |

Tabela 18. Número de outras fontes de energia

| Associação | Placa solar radiofonia/orelhão | Placa solar | Luz para todos |
|------------|--------------------------------|-------------|----------------|
| ACIBRN | 3 | 1 | 0 |
| ACIR | 0 | 1 | 0 |
| AHKOIWI | 2 | 4 | 2 |

Lixo

Tabela 19. Percepção sobre problemas com lixo nas comunidades

| Associação | Problema com lixo |
|------------|-------------------|
| ACIBRN | 50.0% |
| ACIR | 50.0% |
| AHKOIWI | 83.3% |

Tabela 20. Destinação de pilhas

| Associação | Coleta | Deposita | Rio | Reapro-veita | Queima | Enterra | Sem destino |
|------------|--------|----------|-----|--------------|--------|---------|-------------|
| ACIBRN | 0 | 5 | 4 | 3 | 0 | 2 | 2 |
| ACIR | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 9 |
| AHKOIWI | 2 | 13 | 4 | 0 | 2 | 7 | 5 |

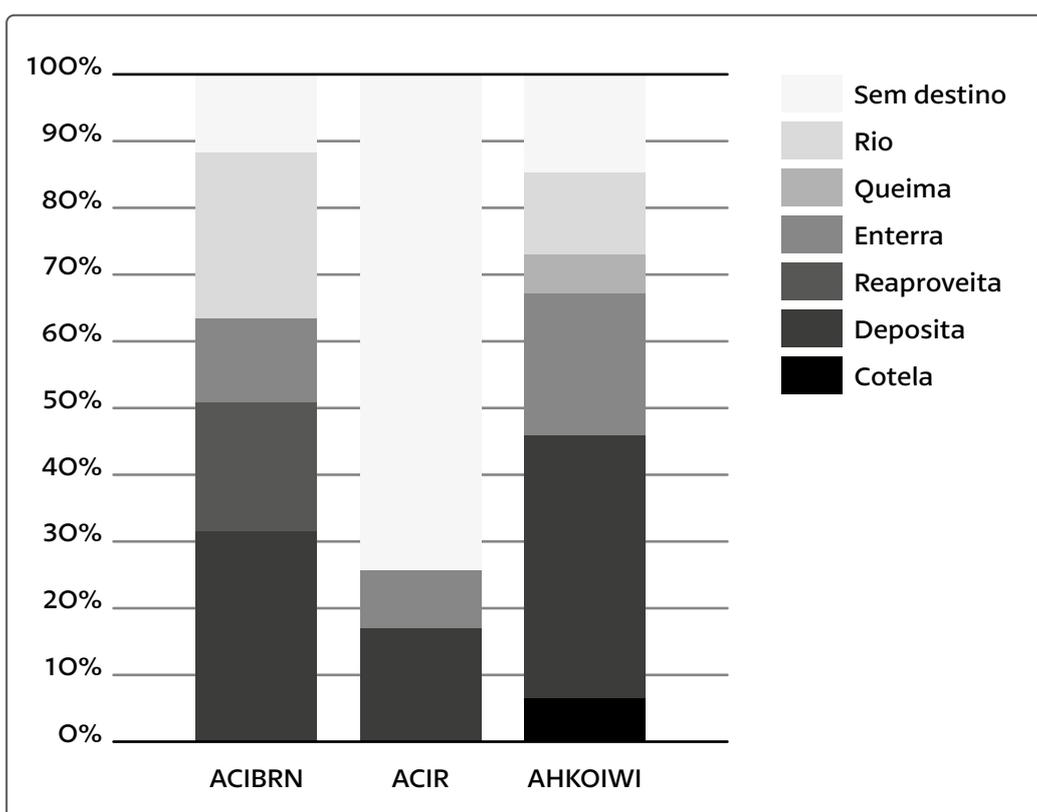


Figura 6. Destinação de pilhas

Tabela 21. Destinação de plásticos

| Associação | Coleta | Deposita | Enterra | Queima | Rio | Sem destino |
|------------|--------|----------|---------|--------|-----|-------------|
| ACIBRN | 0 | 0 | 0 | 14 | 0 | 0 |
| ACIR | 0 | 2 | 0 | 12 | 1 | 0 |
| AHKOIWI | 1 | 3 | 0 | 25 | 1 | 0 |

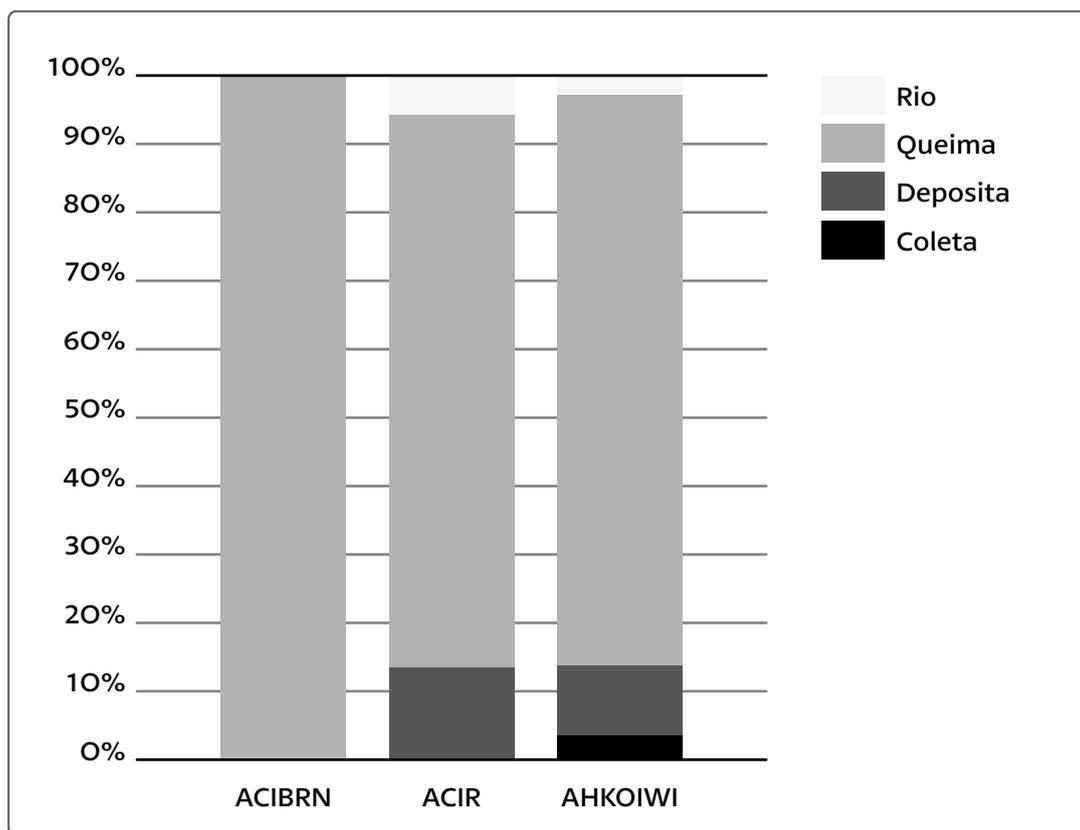


Figura 7. Destinação de plásticos

Tabela 22. Destinação de latas

| Associação | Coleta | Deposita | Reapro- veita | Enterra | Queima | Rio | Sem destino |
|------------|--------|----------|------------------|---------|--------|-----|----------------|
| ACIBRN | 0 | 9 | 4 | 3 | 4 | 3 | 1 |
| ACIR | 0 | 6 | 0 | 1 | 2 | 4 | 3 |
| AHKOIWI | 1 | 19 | 0 | 5 | 6 | 2 | 2 |

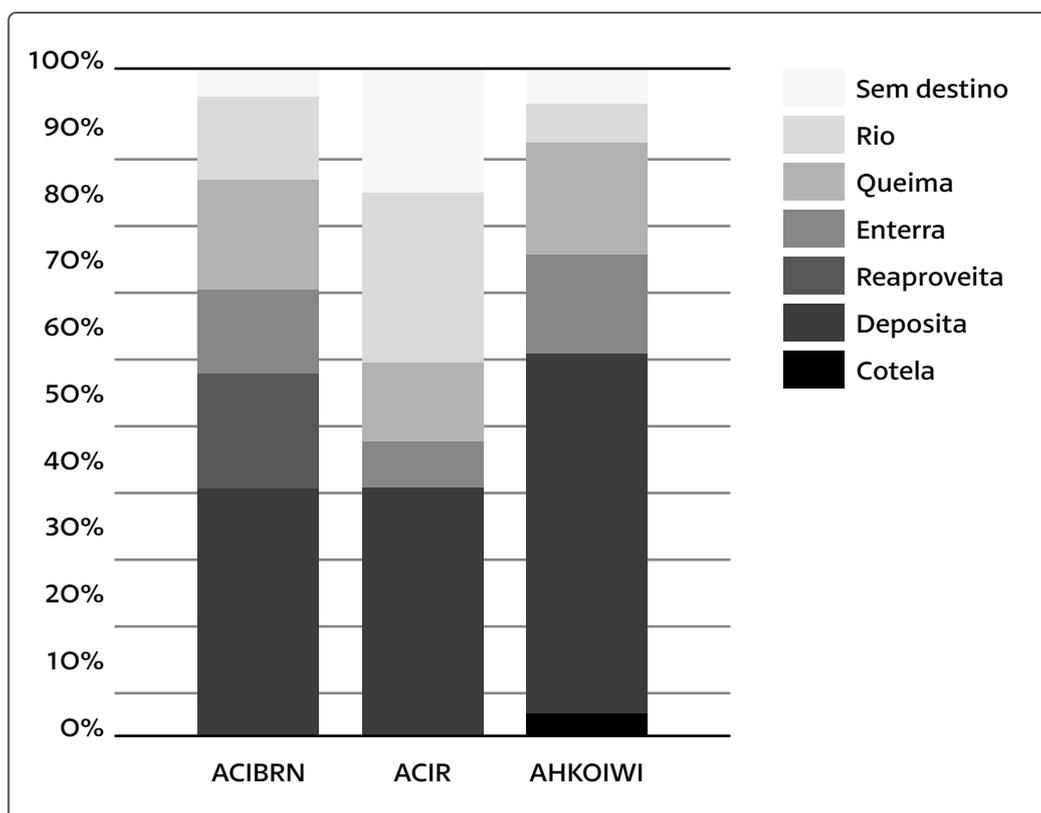


Figura 8. Destinação de latas

Tabela 23. Destinação de papel

| Associação | Coleta | Deposita | Reapro-veita | Enterra | Queima | Rio | Sem destino |
|------------|--------|----------|--------------|---------|--------|-----|-------------|
| ACIBRN | 0 | 0 | 14 | 0 | 14 | 1 | 0 |
| ACIR | 0 | 2 | 12 | 0 | 12 | 1 | 0 |
| AHKOIWI | 0 | 2 | 12 | 0 | 26 | 0 | 0 |

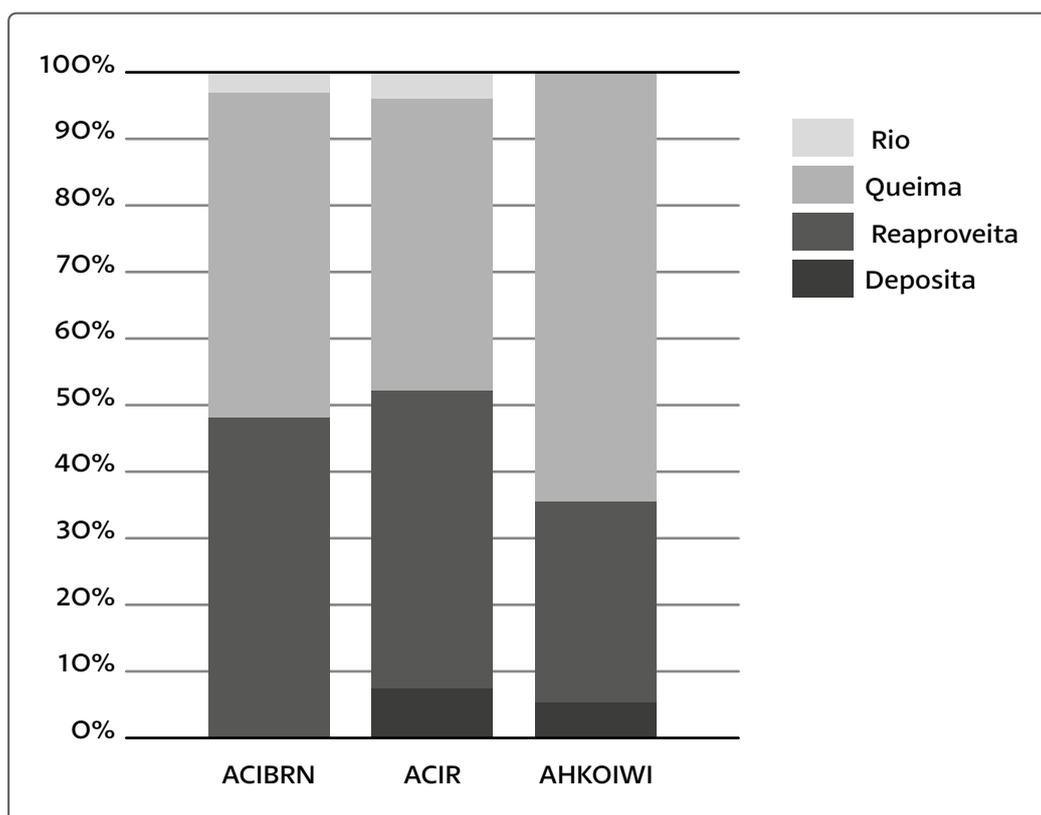


Figura 9. Destinação de papel

Tabela 24. Principal fonte de água potável

| Associação | Caixa de água | Rio | Poço artesiano | Chuva | Poço comum |
|------------|---------------|-----|----------------|-------|------------|
| ACIBRN | 0 | 2 | 1 | 1 | 10 |
| ACIR | 0 | 10 | 1 | 1 | 0 |
| AHKOIWI | 12 | 7 | 1 | 8 | 2 |

Saúde

Tabela 25. Número de benzedores e comunidades com benzedores

| Associação | Número de benzedores | Número de comunidades com benzedores |
|-------------------|-----------------------------|---|
| ACIBRN | 33 | 9 |
| ACIR | 32 | 10 |
| AHKOIWI | 60 | 10 |
| Total | 125 | 29 |

Tabela 26. Avaliação do atendimento público de saúde nas comunidades

| Associação | Bom | Regular | Ruim |
|-------------------|------------|----------------|-------------|
| ACIBRN | 2 | 10 | 2 |
| ACIR | 4 | 5 | 3 |
| AHKOIWI | 1 | 7 | 4 |

Tabela 27. Número de visitas de profissionais de saúde nos últimos 12 meses

| Associação | Auxiliar de enfermagem | Enfermeiro | Médico | Dentista |
|-------------------|-------------------------------|-------------------|---------------|-----------------|
| ACIBRN | 32 | 42 | 30 | 17 |
| ACIR | 52 | 52 | 29 | 19 |
| AHKOIWI | 25 | 30 | 12 | 11 |

Tabela 28. Número de casos de doenças e problemas de saúde nos últimos 24 meses

| Associação | Mordida de cobra | Acidentes | Malária | Microfilaria | Doenças da mulher |
|-------------------|-------------------------|------------------|----------------|---------------------|--------------------------|
| ACIBRN | 9 | 9 | 219 | 69 | 9 |
| ACIR | 9 | 24 | 42 | 0 | 2 |
| AHKOIWI | 12 | 18 | 211 | 77 | 3 |

Tabela 29. Número de casos de homicídios e suicídios nos últimos 24 meses

| Associação | Homicídios | Suicídios |
|-------------------|-------------------|------------------|
| ACIBRN | 0 | 0 |
| ACIR | 2 | 0 |
| AHKOIWI | 2 | 0 |

Tabela 30. Número de comunidades relatando problemas com bebidas alcoólicas e restrições do comércio desse tipo de bebida

| Associação | Problemas bebidas alcoólicas | Restrições comércio de bebida |
|-------------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| ACIBRN | 5 | 5 |
| ACIR | 7 | 1 |
| AHKOIWI | 7 | 6 |

Benefícios sociais

Tabela 31. Número de pessoas recebendo benefícios sociais e renda monetária

| Associação | Aposentadoria mulheres | Aposentadoria homens | Auxílio maternidade (12 meses) | Assalariados | Bolsa família |
|-------------------|-------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| ACIBRN | 88 | 61 | 42 | 56 | 137 |
| ACIR | 37 | 52 | 24 | 47 | 145 |
| AHKOIWI | 82 | 70 | 42 | 87 | 155 |

Associativismo

Tabela 32. Dificuldades das associações de base

| Dificuldade | ACIBRN | ACIR | AHKOIWI |
|--|---------------|-------------|----------------|
| Ausência de infraestrutura comunicação | 3 | 0 | 1 |
| Falta de recursos para logística | 1 | 7 | 3 |
| Dificuldade de gerir recursos | 3 | 0 | 0 |
| Conflitos entre comunidades | 0 | 3 | 1 |
| Não ter sede própria | 3 | 0 | 2 |
| Diretores sem disponibilidade | 0 | 0 | 2 |

3. Resultados das entrevistas domiciliares (com as famílias), por área de abrangência das associações

Tabela 33. Número de famílias entrevistadas

| Associação | Número de famílias entrevistadas |
|-------------------|---|
| ACIBRN | 195 |
| ACIR | 162 |
| AHKOIWI | 150 |

Pescarias

Tabela 34. Número de famílias que pescam

| Associação | Famílias que pescam | % Famílias entrevistadas que pescam |
|-------------------|----------------------------|--|
| ACIBRN | 188 | 96,4% |
| ACIR | 158 | 97,5% |
| AHKOIWI | 142 | 94,7% |

Tabela 35. Suficiência da pesca para o sustento da sua família

| Associação | Sim | Não |
|-------------------|------------|------------|
| ACIBRN | 164 | 24 |
| ACIR | 155 | 3 |
| AHKOIWI | 90 | 52 |

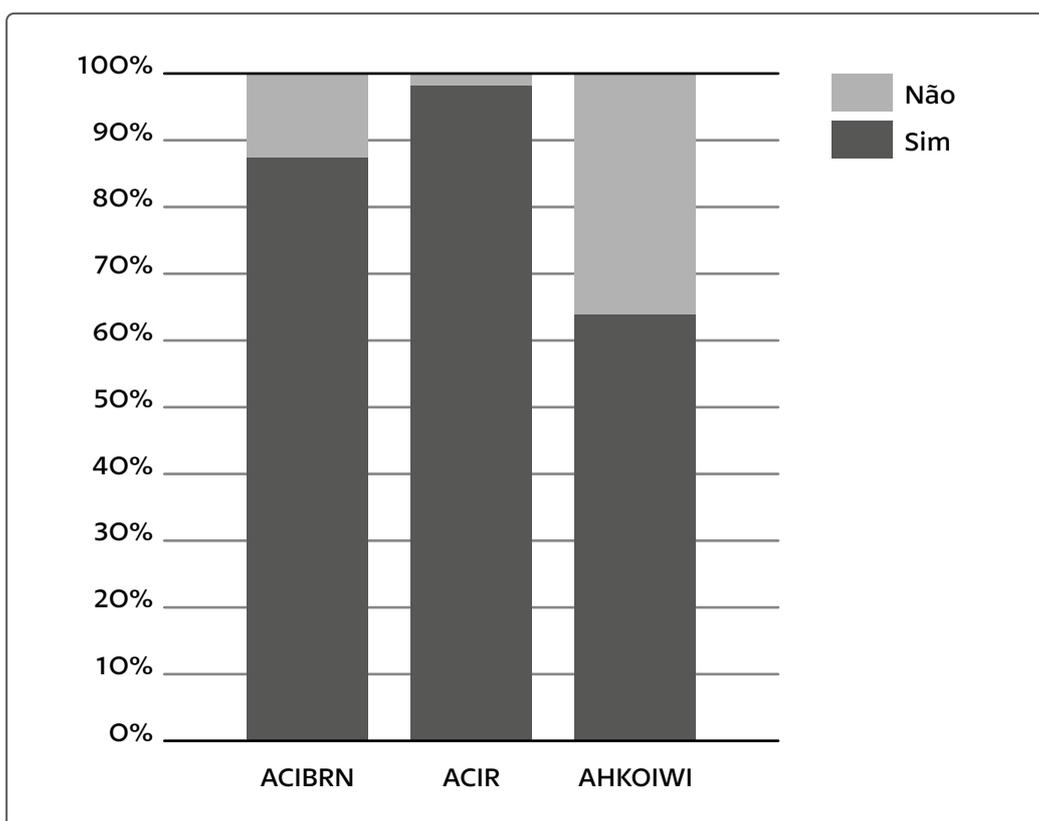


Figura 10. A pesca é suficiente para o sustento da sua família?

Tabela 36. Frequência das pescarias

| Associação | 2 a 3 vezes por semana | Diariamente | Mais de 3 vezes semana | Uma vez por semana |
|------------|------------------------|-------------|------------------------|--------------------|
| ACIBRN | 93 | 67 | 7 | 21 |
| ACIR | 79 | 48 | 25 | 6 |
| AHKOIWI | 41 | 61 | 26 | 14 |

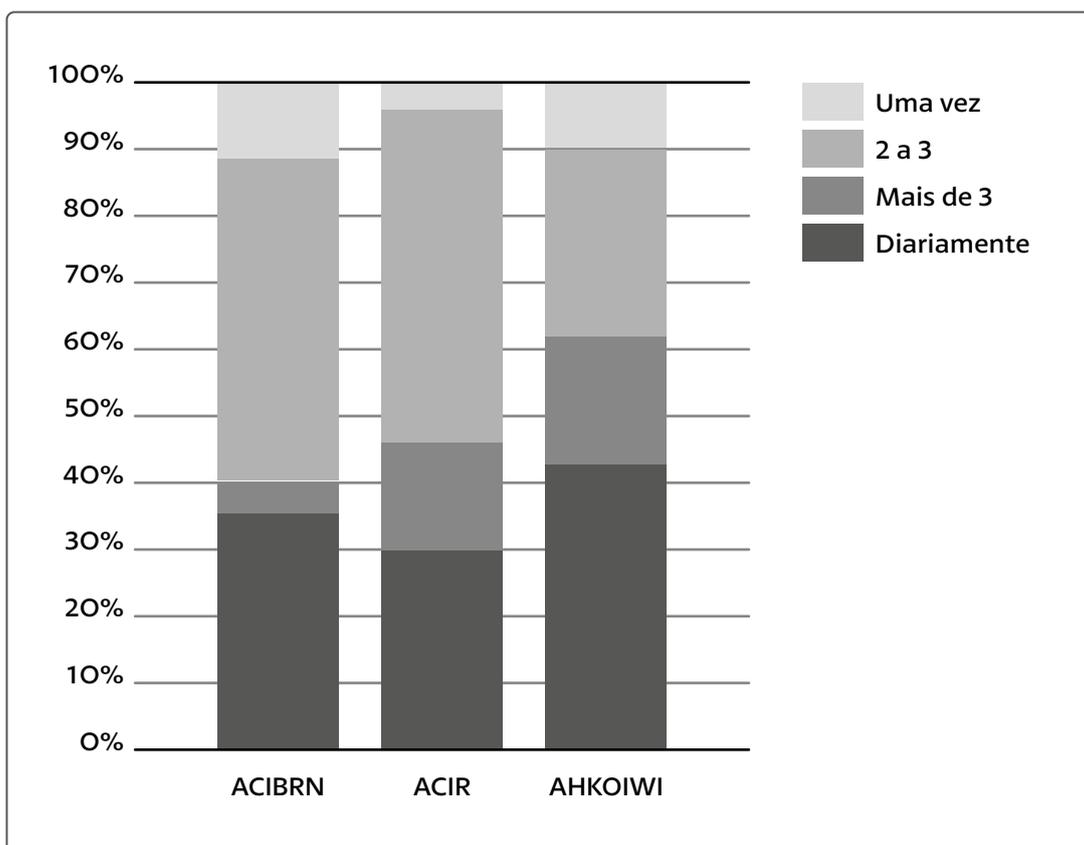


Figura 11. Frequência das pescarias

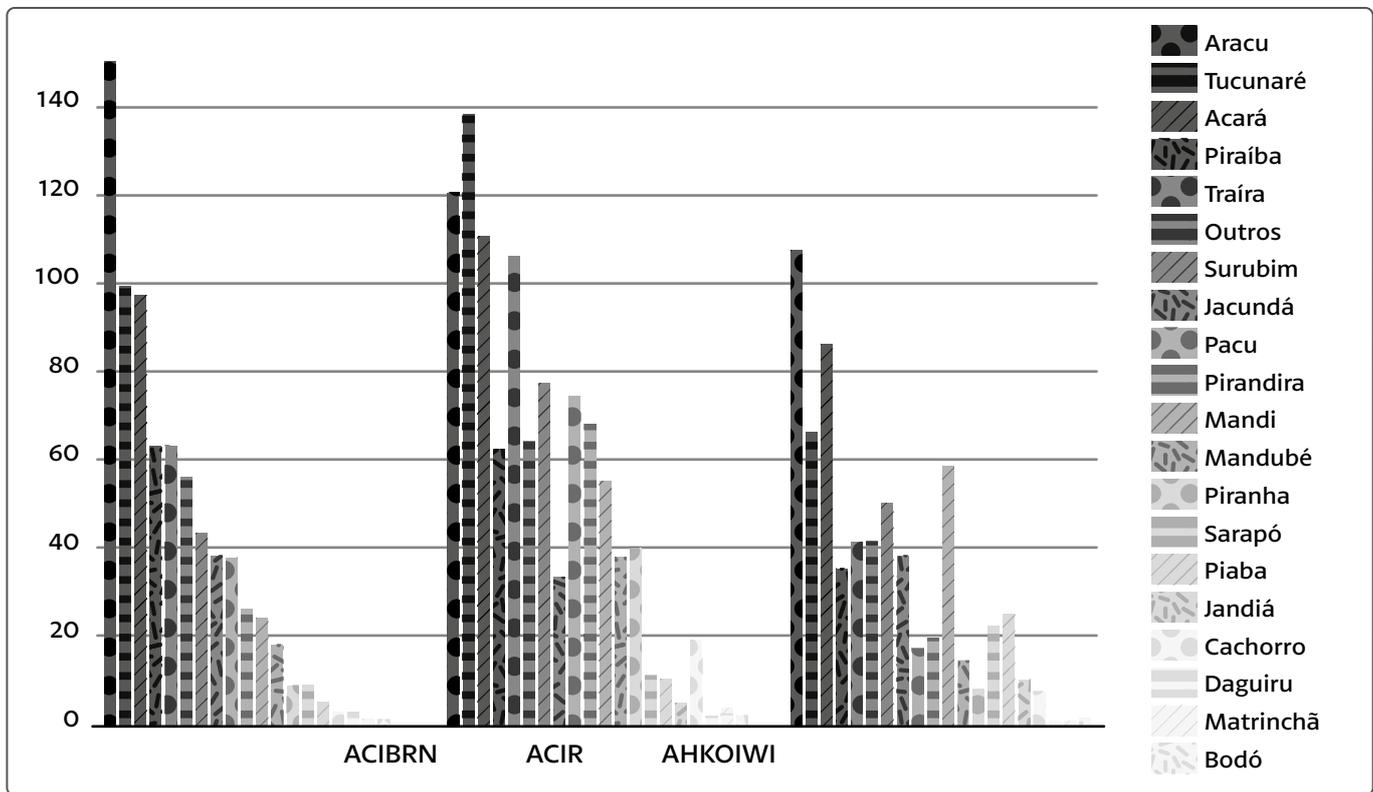


Figura 12. Peixes mais pescados no verão

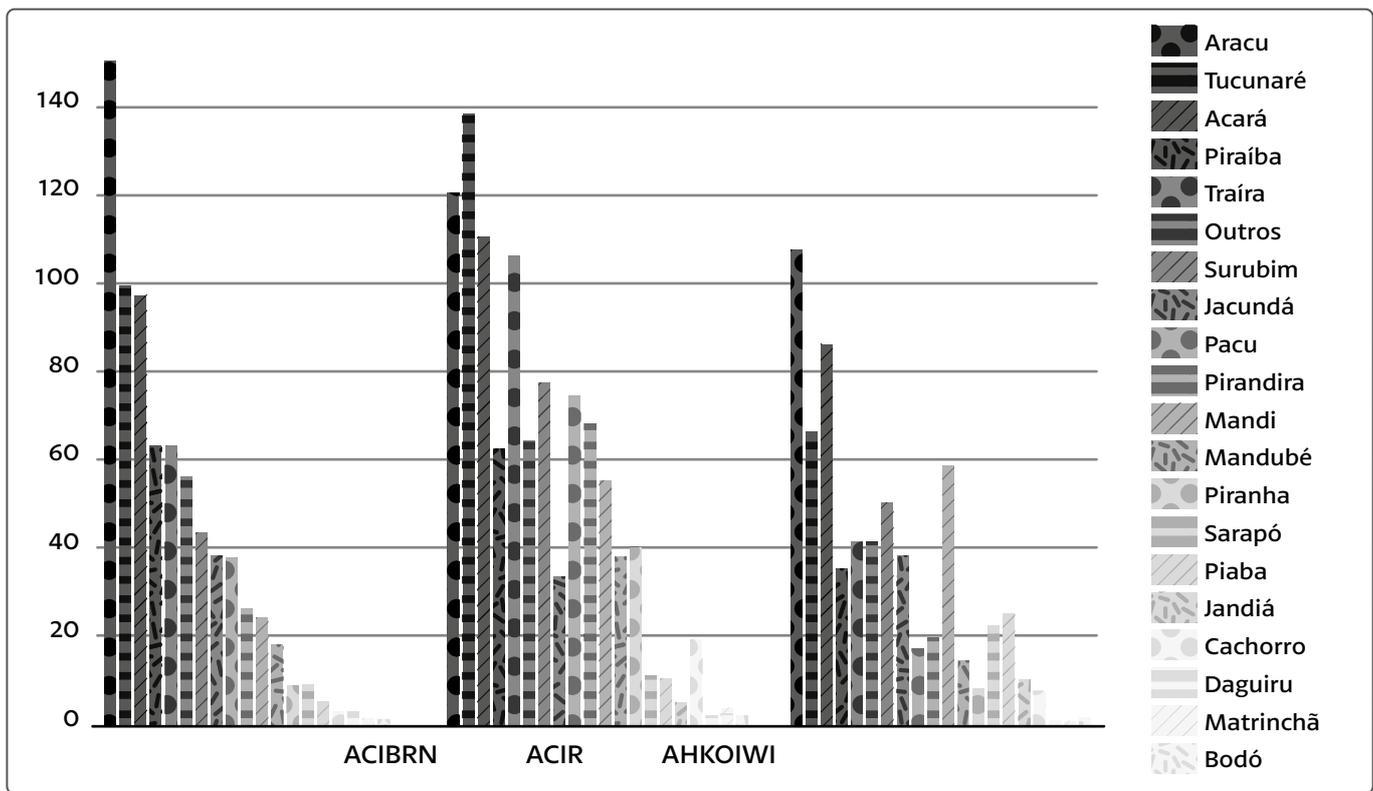


Figura 13. Peixes mais pescados no inverno

Tabela 37. Percepção das famílias sobre a diminuição do tamanho dos peixes nos últimos 5 anos

| Associação | Sim | Não |
|-------------------|------------|------------|
| ACIBRN | 121 | 66 |
| ACIR | 120 | 36 |
| AHKOIWI | 126 | 14 |

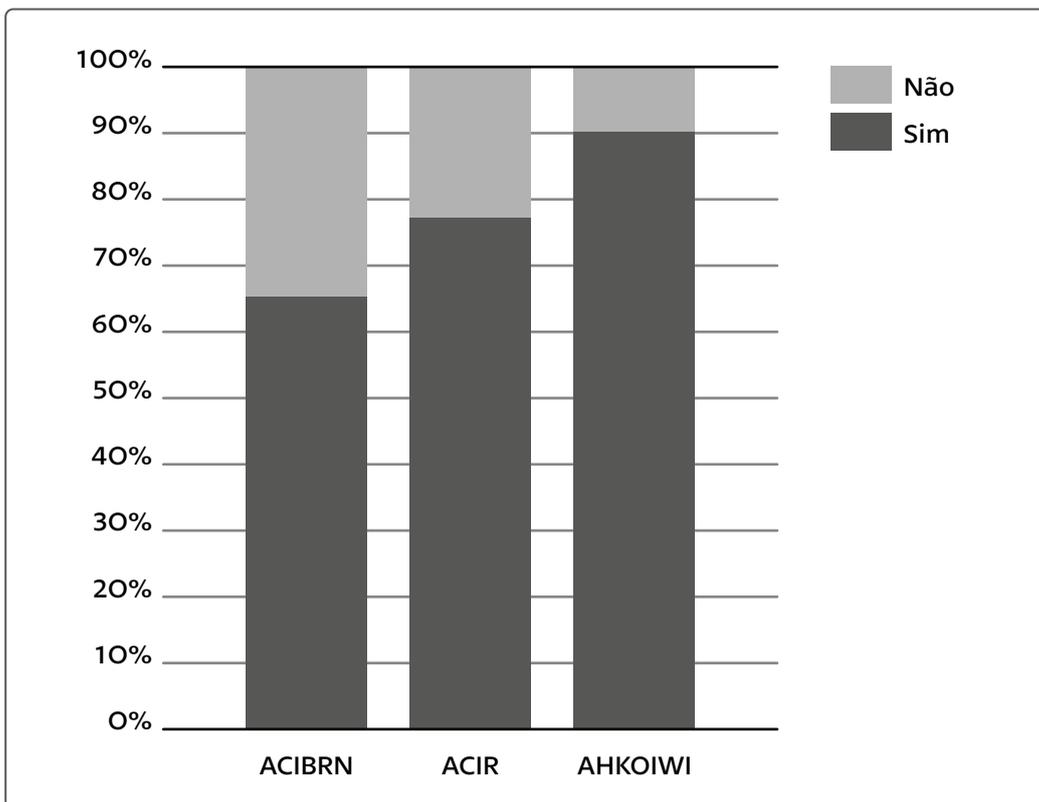


Figura 14. Percepção das famílias sobre a diminuição do tamanho dos peixes nos últimos 5 anos

Tabela 38. Percepção das famílias sobre a diminuição da quantidade de peixes nos últimos 5 anos

| Associação | Sim | Não |
|------------|-----|-----|
| ACIBRN | 137 | 51 |
| ACIR | 138 | 20 |
| AHKOIWI | 135 | 4 |

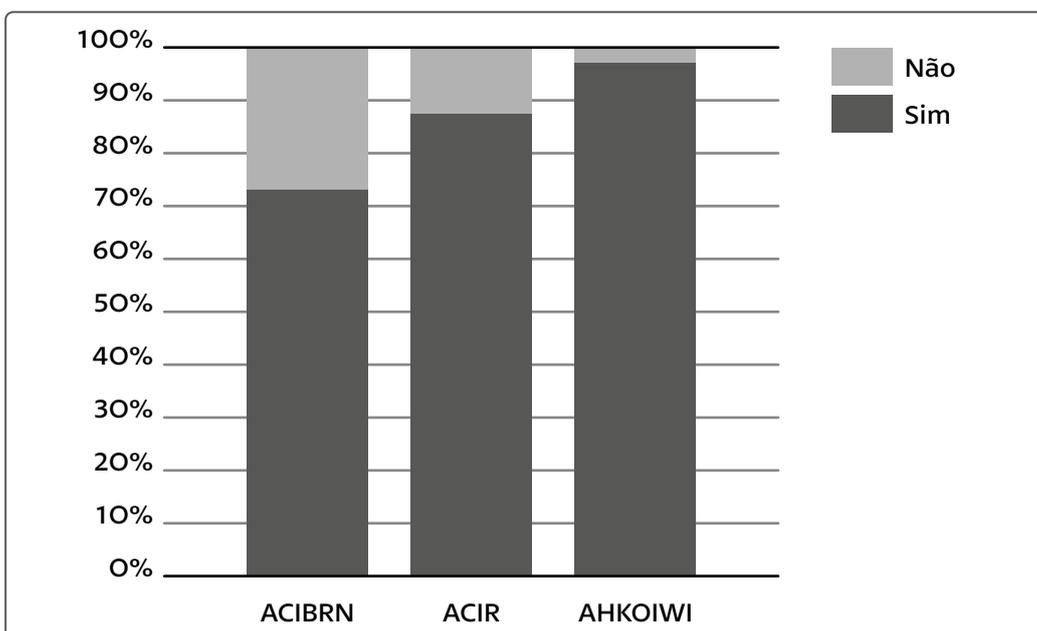


Figura 15. Percepção das famílias sobre a diminuição da quantidade de peixes nos últimos 5 anos

Tabela 39. Número de famílias que vendem peixe de forma artesanal

| Associação | Sim | Não |
|------------|-----|-----|
| ACIBRN | 45 | 143 |
| ACIR | 52 | 106 |
| AHKOIWI | 65 | 77 |

Tabela 40. Frequência de venda de pescado

| Associação | Frequente-mente | De vez em quando | Raramente |
|------------|-----------------|------------------|-----------|
| ACIBRN | 1 | 32 | 12 |
| ACIR | 1 | 31 | 19 |
| AHKOIWI | 2 | 54 | 9 |

Caçarias de subsistência

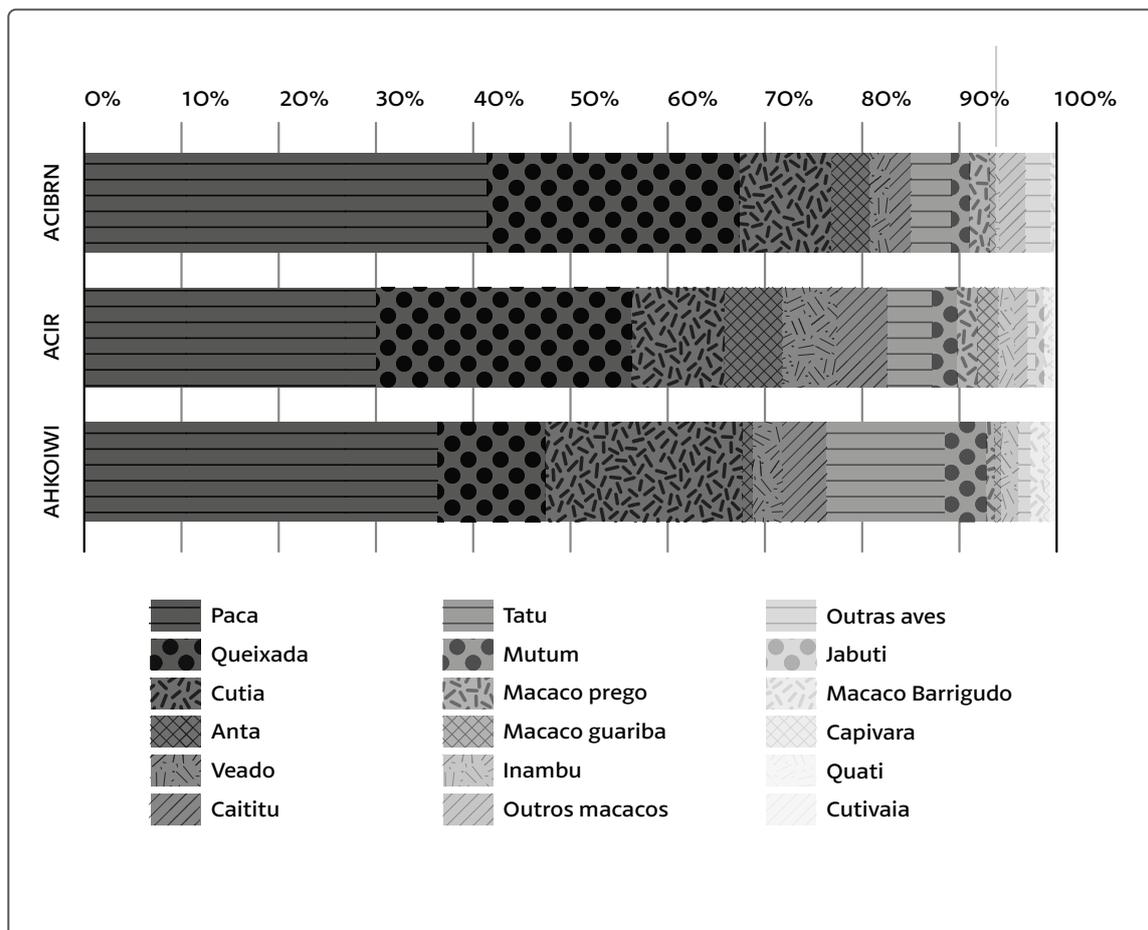


Figura 16. Animais caçados no último mês

Tabela 41. Uso de cachorro na caça

| Associação | Sim | Não |
|------------|-----|-----|
| ACIBRN | 37 | 74 |
| ACIR | 39 | 57 |
| AHKOIWI | 32 | 47 |

Algum tipo de caça deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos?

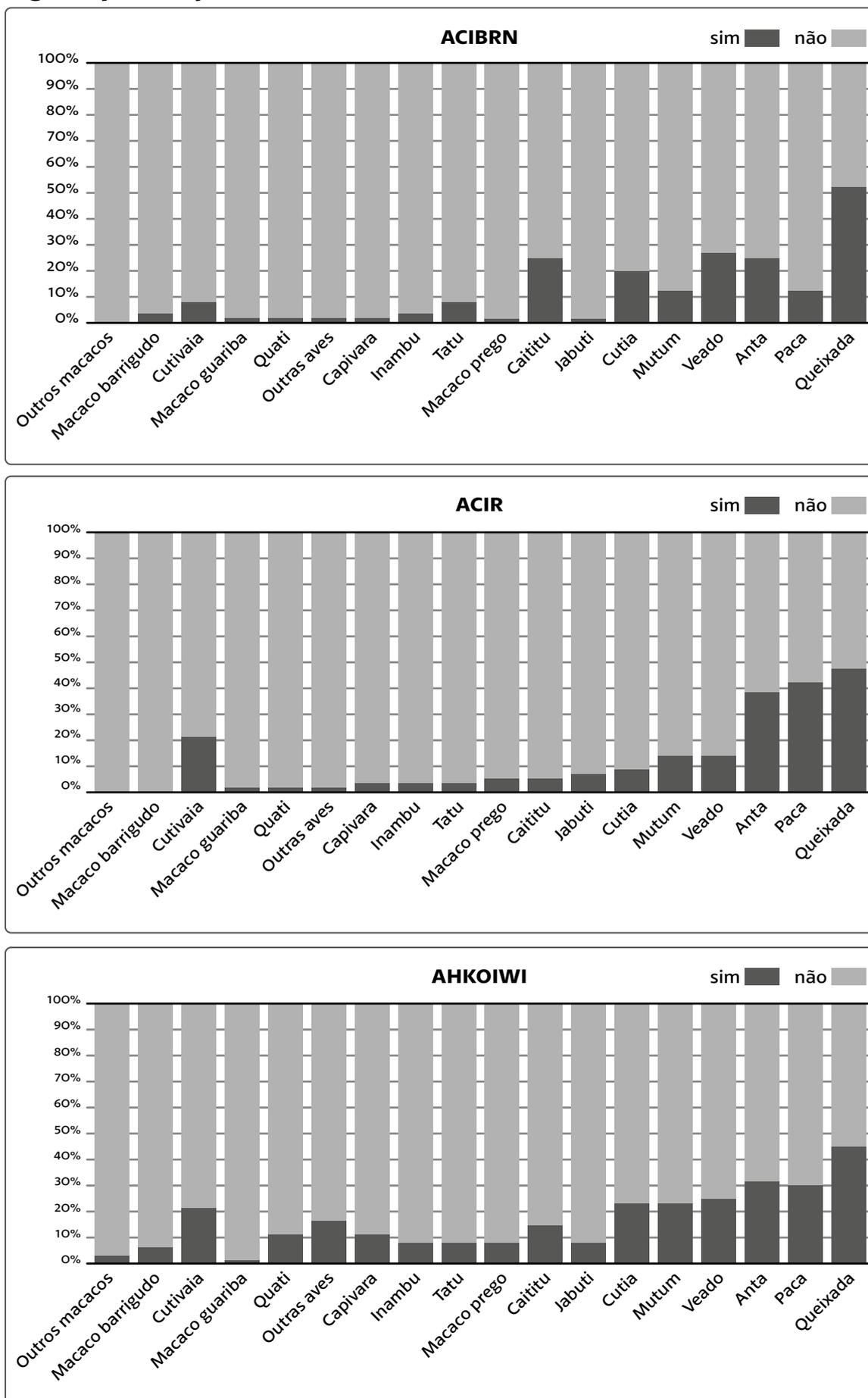


Figura 17. Algum tipo de caça deixou de existir na área da comunidade nos últimos anos?

Agricultura

Tabela 42. Número de famílias com roças

| Associação | Sim | Não |
|------------|-----|-----|
| ACIBRN | 171 | 24 |
| ACIR | 131 | 31 |
| AHKOIWI | 144 | 6 |

Tabela 43. Número médio de roças por família, número de famílias que comercializam produtos da roça e % de famílias que comercializam produtos da roça

| Associação | Número médio de roças por família | Número de famílias que comercializam produtos da roça | % de famílias que comercializam produtos da roça |
|------------|-----------------------------------|---|--|
| ACIBRN | 2,9 | 122 | 71,35% |
| ACIR | 2,4 | 94 | 71,76% |
| AHKOIWI | 4,5 | 126 | 87,50% |

Tabela 44. Produtos da roça comercializados (citações por família)

| Produtos | ACIBRN | ACIR | AHKOIWI |
|-----------------|--------|------|---------|
| Farinha | 110 | 91 | 110 |
| Banana | 28 | 23 | 76 |
| Goma | 32 | 18 | 54 |
| Abacaxi | 22 | 24 | 49 |
| Beiju | 6 | 24 | 33 |
| Farinha Tapioca | 34 | 49 | 33 |
| Pimenta | 2 | 6 | 21 |
| Maçoca | 12 | 20 | 20 |
| Açaí | 2 | 4 | 16 |
| Cará | 2 | 4 | 14 |
| Macaxeira | 8 | 3 | 8 |
| Tucupi | 0 | 1 | 3 |

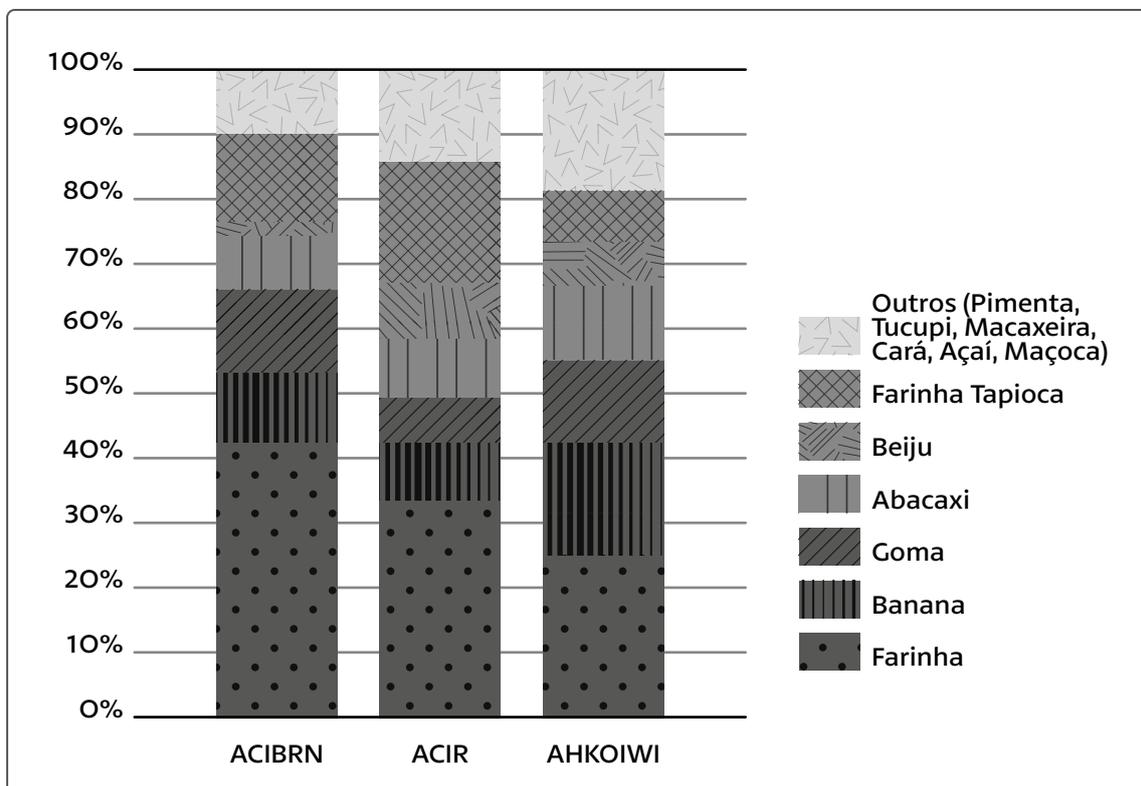


Figura 18. Seis produtos da roça mais comercializados pelas famílias entrevistadas

Extrativismo

Tabela 45. Produtos do extrativismo comercializados localmente

| Produtos | ACIBRN | ACIR | AHKOIWI |
|----------|--------|------|---------|
| Cipó | 3 | 0 | 3 |
| Madeira | 7 | 21 | 2 |
| Piaçava | 0 | 0 | 1 |
| Tucum | 0 | 1 | 0 |
| Outros | 9 | 2 | 12 |

Compras na cidade

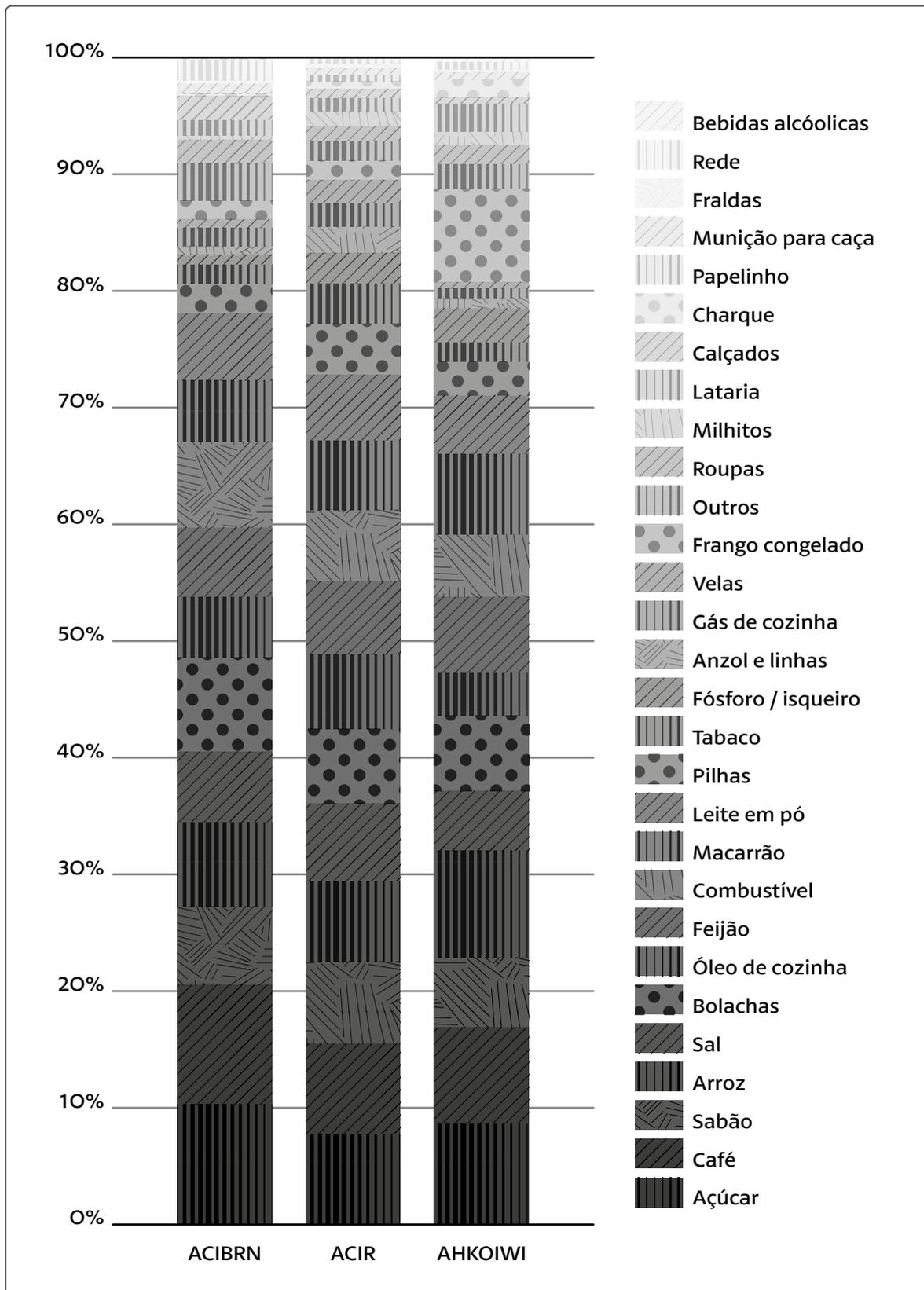


Figura 19. Produtos comprados na última viagem à cidade

Alimentação

Tabela 46. Avaliação das famílias sobre qualidade da alimentação delas

| Associação | Boa | Razoável | Ruim |
|------------|-----|----------|------|
| ACIBRN | 115 | 79 | 1 |
| ACIR | 127 | 35 | 0 |
| AHKOIWI | 99 | 49 | 2 |

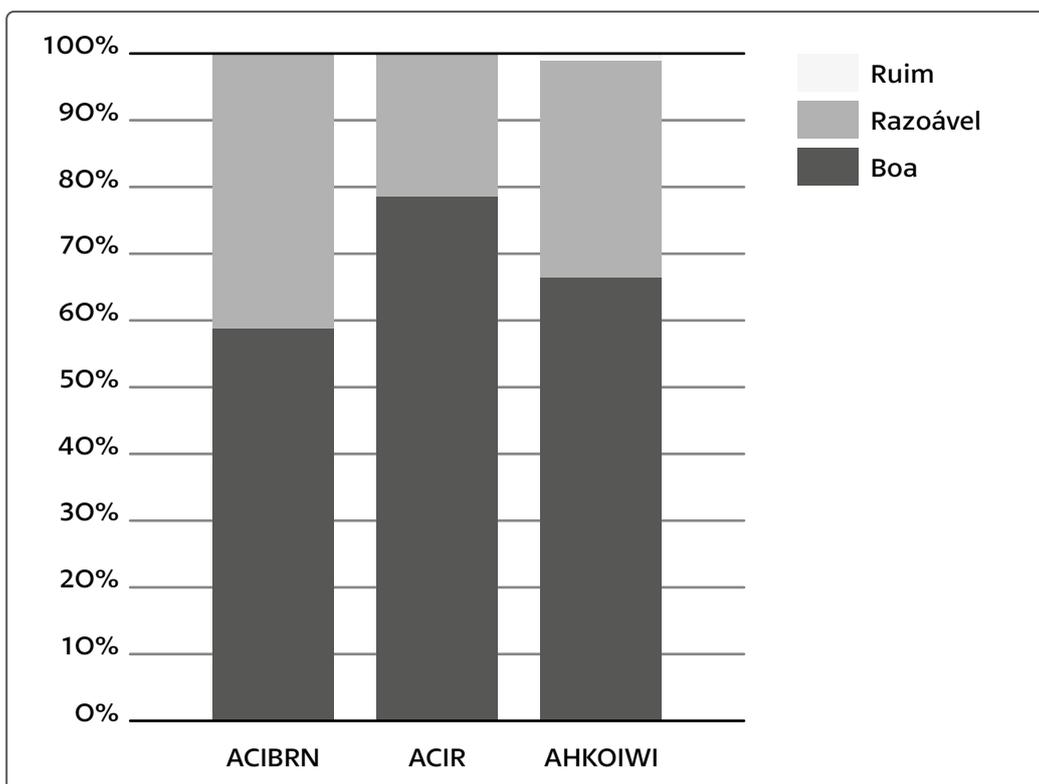


Figura 20. Avaliação das famílias sobre alimentação delas

Viagens e casa na cidade

Tabela 47. Sua família passou mais de 4 meses na cidade nos últimos 12 meses

| Associação | Sim | Não |
|------------|-----|-----|
| ACIBRN | 45 | 150 |
| ACIR | 22 | 140 |
| AHKOIWI | 23 | 127 |

Bolsa Família

Tabela 48. Como faz para receber o dinheiro do Bolsa Família?

| Associação | Viaja todo mês | Viaja a cada 2 ou 3 meses | Parentes recebem | Deixa cartão | Não recebe |
|-------------------|-----------------------|----------------------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|
| ACIBRN | 67 | 47 | 0 | 0 | 81 |
| ACIR | 118 | 2 | 2 | 1 | 39 |
| AHKOIWI | 74 | 18 | 0 | 0 | 58 |

Tabela 49. Principais mudanças após a chegada do Programa Bolsa Família

| Mudanças | ACIBRN | ACIR | AHKOIWI |
|-------------------------------------|---------------|-------------|----------------|
| Apoio escolar para os filhos | 103 | 121 | 77 |
| Facilidade na compra de alimentação | 111 | 119 | 92 |
| Aumento do número viagens | 13 | 4 | 2 |
| Mais participação na vida da cidade | 0 | 2 | 3 |
| Nada mudou | 3 | 2 | 1 |
| Facilidade para visitar parentes | 0 | 1 | 0 |
| Aumento da violência | 1 | 0 | 0 |
| Facilidade na compra de roupas | 1 | 0 | 2 |
| Aumento do alcoolismo | 0 | 0 | 0 |











Legendas e créditos das imagens

Página 75

Foto 1 • Moradores(as) da comunidade do Yamado durante o levantamento socioambiental dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto 2 • Centro comunitário da comunidade do Yamado, Terra Indígena Médio Rio Negro I, durante o levantamento socioambiental dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental. Renato Martelli Soares/ISA, 2016.

Foto 3 • Vamberto Rodrigues conduz entrevistas do Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA para elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs). Comunidade Itapereira, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Camila Barra/ISA, 2016.

Foto 4 • Mapeamento de áreas de pesca e análise dos estudos de impacto socioambiental durante assembleia da ACIBRN — Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro. Comunidade Tapuracuara Mirim, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Camila Barra/ISA, 2015.

Foto 5 • Casas na comunidade Aruti. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.

Foto 6 • Anderléa Torres na Escola Municipal da comunidade Cartucho. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.

Página 76

Foto 7 • Madalena Costa Horácio conduz a entrevista coletiva do Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA na comunidade Itapereira, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Camila Barra/ISA, 2016.

Foto 8 • Comunidade Tapuruquara Mirim, Foz do rio Marié, ACIBRN. Camila Barra/ISA, 2013.

Foto 9 • Igreja da Comunidade Aruti. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.

Foto 10 • Grupo de jovens discute os problemas e desafios da comunidade para elaborar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs). Comunidade Itapereira, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Camila Barra/ISA, 2016.

Foto 11 • Interior do alojamento para os viajantes da expedição Serras de Tapuruquara. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério

Assis/ISA, 2019.

Foto 12 • Casas da comunidade Aruti. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.

Página 77

Foto 13, 14, 15 e 16 • Reunião de validação do PGTA das 3 Terras Indígenas do Médio Rio Negro na comunidade Cartucho. Camila Barra/ISA, 2018.

Foto 17 • Grupo de mulheres participa das discussões e levantamento socioambiental para elaborar os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) das Terras Indígenas do Médio Rio Negro. Comunidade Itapereira, Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Camila Barra/ISA, 2016.

Foto 18 • Moradoras da comunidade Ilha de Duraka leem o 3º Boletim Governança e Bem Viver Indígena durante a oficina de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs). Terra Indígena Médio Rio Negro I, Amazonas. Renato Soares Martelli/ISA, 2017.

Página 78

Foto 19 • Comunidade São Pedro. Terra Indígena Médio Rio Negro II. Camila Barra/ISA, 2013.

Foto 20 • Seu Silvio Cruz, marceneiro que faz canoas e reside na comunidade Aruti. Terra Indígena Médio Rio Negro II, Amazonas. Rogério Assis/ISA, 2019.

Foto 21 • Escola em construção na comunidade Castanheirinho. Terra Indígena Médio Rio Negro II. Camila Barra/ISA, 2013.

Foto 22 • Diretoria da FOIRN com parceiro e facilitador Cássio Inglez de Souza durante a Assembleia Geral da FOIRN em Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas. Ray Baniwa/FOIRN, 2018.

Foto 23 • Assembleia regional da CAIMBRN, comunidade Açaituba, Santa Isabel do Rio Negro, Amazonas. Ray Baniwa/FOIRN, 2018.







